

NOVOS Rumos

Revista oficial da Associação dos Magistrados do Paraná e Judicemed



Impresso Especial

991220958/1/2008 DR/PR
JUDICEMED

CORREIOS

FECHAMENTO AUTORIZADO
NOME SEM ABRETIOS NELA ECT

Crescimento Judiciário



Tribunal de Justiça conquista a elevação de dez comarcas à entrância final



CORTE, HISTÓRICO DE JUROS NA CAIXA

PROGRAMA
**CAIXA
MELHOR
CRÉDITO**

A CAIXA CRIOU O PROGRAMA CAIXA MELHOR CRÉDITO, REDUZINDO AINDA MAIS AS TAXAS DE JUROS DE SUAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO. SE ANTES A CAIXA JÁ OFERECIA AS MELHORES CONDIÇÕES PARA EMPRÉSTIMO PESSOAL, CRÉDITO CONSIGNADO, CARTÃO DE CRÉDITO E CHEQUE ESPECIAL AS NOVAS TAXAS VÃO SURPREENDER AINDA MAIS.

QUEM TEM CONTA-SALÁRIO NA CAIXA VAI PAGAR JUROS MENORES AINDA. E QUEM AINDA NÃO TEM, PODE TRAZER SUA CONTA-SALÁRIO PARA A CAIXA E APROVEITAR ESSA HISTÓRICA QUEDA DE JUROS. VEM PRA CAIXA!

ACESSE O SITE **CAIXA.GOV.BR**, PROCURE A AGÊNCIA MAIS PRÓXIMA OU **DISQUE 0800 726 0222** PARA MAIS INFORMAÇÕES.

A VIDA PEDE MAIS QUE UM BANCO. A CAIXA É MAIS QUE UM BANCO.

SAC CAIXA: 0800 726 0101
(informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência
auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474

CAIXA
A vida pede mais que um banco

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Meus amigos,

Neste exemplar, reiteramos o propósito pela democratização do Poder Judiciário. A magistratura, hoje bastante renovada, tem se manifestado consoante esse entendimento, o que também foi reconhecido pelo próprio presidente da Suprema Corte, que, em reunião com os presidentes de associações estaduais, na sede da AMB, num evento histórico, foi categórico em afirmar pela necessidade de se ampliar o quadro de candidatos aos cargos de direção, assim como ampliar o colégio de eleitores, revestindo de legitimidade esse nosso pleito, mesmo porque somos o único poder que ainda capenga no assunto Democracia. O magistrado é ladeado de restrições de toda a ordem, que refletem com maior intensidade na área política. Não temos direito à filiação partidária, e, por isso, nossas convicções ideológicas ficam retidas no plano do ideário, sem aplicação prática, esta que sempre vai depender da boa vontade da cúpula diretiva de cada tribunal, que pode ou não estar conectada aos anseios da classe.

Logo, a única oportunidade palpável ao magistrado de participação política efetiva seria quando da escolha dos dirigentes do seu Tribunal, pois serão eles que promoverão a execução de atos de política pública voltada para uma boa e justa aplicação da justiça para o povo, na medida exata de sua necessidade. O cortador de cana, o trabalhador urbano, o rurícola, o operário, o gari, o advogado, o médico, o engenheiro, todos esses podem votar em seus pares para representa-los nos Poderes Executivos e Legislativo, seja municipal, estadual ou federal. Mas nós não podemos, cabendo somente às associações de classe a capacidade de negociação com agentes políticos para satisfação dos nossos anseios, o que muita vez termina em choque de interesses, haja vista a nossa independência funcional, que é inegociável. Diante disso, ficamos órfãos e os interesses de toda a magistratura, que se sobrepõem aos do magistrado e se confundem com os da coletividade, ficam entregues nas mãos da minoria, que em situações não raras não estão consoantes aos da grande maioria. Por isso é que, quando defendemos a democratização, também defendemos o povo. Não queremos uma politização nefasta, nociva ou perniciosa, cheia de barganhas, mas sim, novos rumos para o judiciário brasileiro, com o benefício de toda a coletividade. O juiz é o que está mais próximo do povo, e, por isso, mais do que ninguém, é o que tem maior conhecimento daquilo que o jurisdicionado necessita, de modo que, votando para a cúpula diretiva, também terá o poder-dever de reivindicar aquilo que realmente é necessário.

Democratizar é melhorar a justiça para o povo e pelo povo, e este é o anseio da grande maioria dos magistrados paranaenses, conforme demonstrou nossa pesquisa realizada pelo sítio eletrônico, com participação maciça e inédita de mais de duzentos associados, o que vem bem destacado em nosso tradicional periódico. Essa conquista, sonho há anos sonhado, é praticamente certa, porquanto tendência de um país em democratização. É, pois, um movimento que, pela sua grandeza e importância, tem concretização para breve, haja vista o grande número de adesões que tem recebido. Além desse movimento, é importante ainda destacar a recente elevação de mais dez comarcas à entrância final, uma verdadeira revolução da estrutura do judiciário paranaense, o que assegurará estabilidade na justiça dessas localidades, e, por conseguinte, melhor prestação jurisdicional para a respectiva população.

E por falar em transformação, vale atentar para a entrevista com o nosso 1º Vice Presidente, o juiz Frederico Mendes Junior, o Fred ou 'Fredão', onde ele narra as mudanças havidas, as ações do tribunal e as tendências do nosso judiciário, sabedor que é dos acontecimentos, haja vista a sua posição como juiz auxiliar e braço forte da Presidência do Tribunal de Justiça.

Por último, não posso deixar de registrar o centenário da Universidade Federal, um dos símbolos do nosso Estado, nem o aniversário de um ano do projeto 'Juizado Móvel no Trânsito', organizado pela juíza Liéje Bonetti, de Maringá, cujo evento estive presente e testemunhei a população sendo brindada com uma blitz cultural e Justiça no Bairro, este organizado pela nossa Diretora Joeci. São as Boas Práticas sendo divulgadas e surtindo os efeitos desejados, conforme demonstram os números aqui indicados.

Parabênzo, ao final, os Diretores do Tênis, Wilson e André, pelas conquistas no último Campeonato Sul Brasileiro, realizado em Florianópolis. E que continuem assim. No mais, desejo que aproveitem as páginas de mais esse exemplar, repleto de boas matérias impressas em excelente material gráfico, fruto do bom trabalho dos nossos jornalistas Rômulo Cardoso e Dani Machado, e da diagramadora e artista gráfica Bruna Zonatto, com a colaboração de todos, mesmo porque a revista é como a AMAPAR: FORTE e PARATODOS!

Um grande abraço,
Fernando Ganem, presidente.



DIRETORIA Presidente Fernando Swain Ganem
 1.º Vice-Presidente Frederico Mendes Junior 2.º Vice-Presidente Hélio César Engelhardt 3.º Vice-Presidente Marcos José Vieira 4.º Vice-Presidente Carmen Lucia Rodrigues Ramajo 5.º Vice-Presidente Haroldo Bernardo da Silva Wolff 6.º Vice-Presidente Sergio Luiz Kreuz 1.º Secretário¹ Diego Santos Teixeira 2.º Secretário¹ Cristina Trento 1.º Tesoureiro¹ Luiz Cesar Nicolau 2.º Tesoureiro¹ Leo Henrique Furtado de Araujo
Diretores Executivos Fabio Ribeiro Brandão, Noeli salete Reback, João Luiz Manasses de Albuquerque, Geraldo Dutra de Andrade Neto, Antonio José Carvalho da Silva Filho, Jurema Carolina da Siveria Gomes, Luiz Fernando Thomas Keppen, Lidia Munhoz Mattos Guedes
APOIO Apoio e Valorização ao Magistrado¹ Ronaldo Sanso Guerra
DEPARTAMENTOS Segurança Carlos Henrique Licheski Klein Boas Práticas Joeci Machado Camargo, Suzana Massaki Hiramal L.de Oliveira, Vanessa Aparecida Pelhe Gimenez, Diego Santos Teixeira
Aposentados¹ Wagner José Coltro
Assuntos Institucionais Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra
Assuntos Legislativos¹ Fabio Bergamin
Capela Assuntos Previdenciários Marco Antonio da Cunha Araujo
Comunicação Social¹ Rogerio Ribas
Vice Diretor Marcelo Pimentel Bertasso
Convênio Francisco Carlos Jorge
Cultural - Diretor¹ Evandro Portugal
Membros Mariana Gluszcynski Fowler Gusso, Flavia da Costa Viana, Fernanda Karam de Chueri Sanches
Divulgação e Revista Joatan Marcos Carvalho
Esportes¹ Luiz Taro Oyama
Atletismo Roger Vinicius Pires de Camargo
Oliveira Futebol Davi Pinto de Almeida
Informática¹ Rui Portugal
Bacellar Integração - Curitiba, RMC e Litoral Nilce Regina Lima
Integração - Interior Larissa Angélica Copack Muniz
Direitos Humanos Oswaldo Soares Neto
Memória e Arquivo¹ Chloris Elaine Justen de Oliveira
Motociclismo Edgar Fernando Barbosa
Mútua Themis Almeida Furquim Cortes
Obras - Diretor Alexandre Barbosa Fabiani
Obras - Vice-Diretor Horacio Ribas Teixeira
Ouvvidoria Rosicler Maria Miguel Vigna Mandorlo
Patrimônio¹ Fernando Ferreira de Moraes
Pensionistas¹ Marília de Oliveira Viel
Planejamento Estratégico Fabio Andre Santos Muniz
Recursos Humanos Maria Roseli Guetsmann
Sersocial - Diretor Joel Pugsley
Sersocial - Membros José Luiz Dosciatti, Gilberto Ferreira, Raul Luiz Gutmann
Social Fabiane Pieruccini
Vices Ana Paula Kaled Accioly Rodrigues da Costa, Andrea Fabiane Groth Busato
Tênis - Diretor Wilson Jose de Freitas Junior
Vice-Diretor Andre Carias de Araujo
SEDES Colombo - Vice Diretor José Luiz Dosciatti
Foz do Iguaçu - Diretor Geraldo Dutra de Andrade Neto
Vice-Diretor Nicola Frascati
Guaratuba - Diretor Ricardo Henrique Ferreira
Vice-Diretor Giovanna de Sá Rechia
Londrina - Diretor Ademir Ribeiro Richter
Maringá - Diretor Antonio Mansano Neto
Maringá - Vice-Diretor José Camacho Santos
Pilarzinho - Diretor Silvio Binhara
Vice-Diretor Romero Tadeu Machado
Piraquara - Diretor Marcos Vinicius Schiebel
Vice-Diretor Vitor Roberto Silva
Ponta Grossa - Diretor Fabio Marcondes Leite
Vice-Diretor Joao Campos Fischer
CONSELHO FISCAL Presidente Luiz Carlos Gabardo
Membros Adalberto Jorge Xisto Pereira, Ana Lucia Lourenço, Irineu Stein Junior, Larissa Angélica Copack Muniz, Marcos Antonio Souza Lima, Jose Roberto Silverio, Carlos Eduardo Mattioli Kochanny, Edson Jacobucci Rueda Junior
Suplentes Fernando Bueno da Graça, Ariovaldo Stropa Garcia, Patricia Roque Carbonieri, Walter Ligeiri Junior, Vanessa de Blassio Mazzutti
EMAP Diretor Geral Joscelito Giovanni Cé
Supervisor Pedagógico José Laurindo de Souza Netto
Coord. Geral de Cursos Luciano Campos de Albuquerque
Coord. Formação Inicial Luciano Campos de Albuquerque
Curitiba - Diretor Rodrigo Otavio Rodrigues Gomes do Amaral, Rafael Vieira de Vasconcellos Pedroso
Cascavel - Diretor Rosaldo Elias Pacagnan
Foz do Iguaçu - Diretor Marcos Souza Lima
Maringá - Diretor William Artur Pussi
Ponta Grossa - Diretor Guilherme Frederico Hernandez Denz
Umuarama - Diretor Maira Junqueira Moretto Garcia
JUDICEMED Presidente Fernando Swain Ganem
Vice-Presidente Luciano Carrasco Falavinha Souza
Diretor Financeiro Luis Carlos Xavier
Diretor Administrativo Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra
Conselho Fiscal - Presidente Valter Ressel
Membros Marco Antonio Massaneiro, Raul Vaz da Silva Portugal
Suplente Michela Vechi Saviato
Conselho Gestor Antonio Renato Strapasson, Hayton Lee Swain Filho, Shiroshi Yendo, Fabiane Pieruccini

“Diretas-Já” nos Tribunais

Mais de 83% dos associados à Amapar são favoráveis à participação de toda a magistratura nas eleições dos Tribunais de Justiça

Uma enquête organizada pela Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), que contabilizou 197 votos no site da entidade, durante o primeiro semestre de 2012, apontou que 83,2% dos associados, ou 164 votantes, são favoráveis à participação, como eleitores, de todos os magistrados nas eleições das cúpulas dos Tribunais, exceto os cargos da Corregedoria. Apenas 33 associados, ou 16,8%, são contrários.

A pesquisa foi disponibilizada com base na Proposta de Emenda Constitucional (PEC), encampada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que pretende instituir eleições diretas e ampliar o rol de magistrados votantes nas escolhas das cúpulas diretivas dos Tribunais de Justiça. A PEC teve o apoio de mais de 300 assinaturas e já tramita no Senado, sob o número 187. De acordo com o artigo 60, Inciso I, da Constituição Federal, uma PEC precisa de, pelo menos, 171 assinaturas, ou seja, 1/3 do total de 513 Deputados.

Apenas uma pequena parcela de magistrados participa das eleições para os seus órgãos diretivos. “Estima-se que apenas 15% da magistratura, seja estadual, trabalhista ou federal, possuam o direito de eleger os Presidentes dos seus respectivos Tribunais. Não bastasse isso, para ocupar a presidência de um Tribunal é preciso ser o desembargador mais antigo da Corte de modo que, mesmo num universo restrito, nem todos os desembargados são elegíveis, o que torna o processo de escolha uma mera homologação de um nome”, aponta o presidente da Brasileira, Nelson Calandra. Para o presidente da Amapar, Fernando Ganem, a PEC coopera para a democratização do Poder Judiciário brasileiro. “Assim, mais de 800 magistrados ficam aptos a votar aqui no Paraná, não apenas os 120 desembargadores”, ressalta.

A PEC - A democratização da gestão no Poder Judiciário é um dos pontos destacados pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 15/2012, apresentada no final do mês de março pelo Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB). Os dispositivos legais

dão nova redação às alíneas “a” e “b” do inciso I do artigo 96 da Constituição Federal, ao permitir que juízes, por meio de voto direto e secreto, escolham os membros dos órgãos diretivos das Cortes de Justiça no país para um mandato de dois anos, com exceção dos cargos da Corregedoria.

Outra medida também prevista na PEC é a participação dos juízes no processo de elaboração dos regimentos internos dos Tribunais, dispendo sobre criação, competência, composição e funcionamentos dos órgãos jurisdicionais e administrativos. A PEC, no entanto, não prevê as novas regras nas escolhas dos membros do Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunais Superiores e Tribunais Regionais Eleitorais (TRE's).

Frente Parlamentar - O Presidente da Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça Brasileira, deputado Wellington Fagundes, pontua que este será o primeiro grande projeto de mudanças da Justiça Brasileira. “A Frente pretende inovar dentro da Justiça brasileira, fazer com que ela seja mais célere, para que ela possa atender ao cidadão. Tivemos aqui a entrega da PEC para que tenhamos eleições diretas nos Tribunais de Justiça de todos os Estados brasileiros. Isso é um avanço”, confirmou.

De acordo com ele, a campanha pelas 'diretas-já' nos Tribunais vai transformar a Justiça brasileira. “Ela será votada aqui e no Senado, mas é importante o apoio da sociedade. Vamos fazer a campanha em todos os estados antes de votar no Congresso Nacional, com apoio de todos os Juízes estaduais perante as bancadas de cada Estado. “Conquistando o apoio da sociedade, faremos que sua vontade seja correspondida aqui no Parlamento, registrando mais um passo importante da democratização no País, com um Judiciário forte, moderno e mais próximo da sociedade”.

**Mais informações sobre a campanha
“Diretas Já no Poder Judiciário”
no site www.amb.com.br/diretas**



CONSULTA DEMOCRÁTICA

A iniciativa da Associação dos Magistrados do Paraná – Amapar -, de ouvir a magistratura paranaense, em pesquisa específica, sobre matéria de origem constitucional como é a que trata da participação de todos os juízes no processo de escolha de seus representantes junto aos tribunais é merecedora de elogio. É esta, aliás, a feição histórica de nossa entidade de classe, que nada faz senão após ouvir, democraticamente, os seus associados. Construído um resultado, a Amapar apoiará e agirá em torno do que foi dito pela maioria.

Por outro lado, creio que qualquer iniciativa associativa (e aqui faço questão de registrar que não me refiro à Amapar) deve ser implementada com responsabilidade e bom trato político. Nenhuma pessoa que por ventura tenha sido designada para conduzir este ou aquele projeto, em qualquer unidade federativa ou mesmo em âmbito nacional, deve fazê-lo senão em atenção aos mais sinceros e respeitosos desígnios de quem estará a representar e não como se estivesse, digamos assim, demagogicamente, preocupado muito mais em aparecer do que com o próprio projeto. É assim como penso e uma vez mais parablenizo a iniciativa de nossa entidade de classe, que bem saberá conduzir este ou qualquer outro projeto no Estado do Paraná, não olvidando e nem tão pouco atropelando, jamais, os órgãos ou pessoas a quem a lei os legitima para conduzir determinado processo, até que outra lei, magna ou não, modifique, conforme o caso, este mesmo processo.

Marcos S. Galliano Daros
Vice-Presidente da AMB



Acesso ao Judiciário em Santa Felicidade

Com o discurso voltado para a aproximação do Poder Judiciário, o presidente Miguel Kfourri Neto conduziu, no dia 4 de julho, a solenidade de inauguração do novo fórum situado no bairro de Santa Felicidade, em Curitiba. Ao explicar os serviços que serão prestados à população na nova unidade, o desembargador Kfourri disse que a iniciativa é a primeira etapa de um esforço para descentralizar os serviços da Justiça.

Referindo-se às melhorias na estrutura do Judiciário paranaense, especialmente no 1º grau de jurisdição, com reformas, ampliações e construções de novos fóruns em todo o Estado, o presidente agradeceu à cúpula do TJ, "que compartilha e divide conosco a felicidade deste momento", e também aos desembargadores, juízes, diretores de departamentos e servidores envolvidos nos trabalhos. Além disso, disse que as melhorias são possíveis graças à atuação da Assembleia Legislativa na apreciação dos pleitos do TJ e ao apoio do governador do Estado na concretização dos projetos.

A juíza diretora do novo Fórum, Adriana de Lourdes Simette, afirmou que se inicia uma nova via de acesso ao jurisdicionado, por meio da descentralização das atividades do Poder Judiciário. "Com a inauguração deste valioso espaço para a comunidade, que só foi possível devido ao incansável trabalho desempenhado pela cúpula do TJ, cumprimos o princípio constitucional do livre acesso à Justiça, deixando-a mais próxima do cidadão", disse a magistrada. E, complementou agradecendo aos juízes Moacir Antonio Dala Costa e Jederson Suzin, "que foram atuantes colaboradores e executores deste projeto, aos quais, expresse meu sincero agradecimento pelo imprescindível trabalho realizado", concluiu.

Fácil acesso - O Novo Fórum, que fica na Via Vêneto, 1490, atenderá 14 bairros e beneficiará em torno de 155 mil pessoas, tendo competência para julgar causas relativas aos Juizados Especiais Cíveis, Criminais, Fazenda Pública, Família, Infância e Juventude, esta última, voltada às crianças e adolescentes em situação de risco.

Para oferecer atendimento e serviços adequados à população, o espaço, bastante funcional, tem uma área construída de 2.046 m², em dois pavimentos. O Fórum conta com várias salas que serão utilizadas para audiências, conciliações, núcleo de práticas jurídicas, Vara de Família, Infância, Juventude e Juizados Especiais, Defensoria Pública, OAB, Promotoria de Justiça, entre outros. Além disso, há uma sala de espera para acomodar os jurisdicionados.

Adin da AMB

A pedido da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), a AMB entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra norma estabelecida na Constituição do Estado do Paraná e também na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado. O relator da ação é o Ministro Gilmar Mendes.

Na ação, a AMB questiona a norma constitucional do Estado do Paraná e também a de lei complementar, o ato normativo tendo em vista a necessidade de preservar o regular funcionamento dos órgãos do Poder Judiciário. "O uso de espaços físicos, nos prédios públicos afetados ao Poder Judiciário, nos limites das possibilidades e prioridades dos serviços judiciais, é por tradição da administração do Poder Judiciário", ressalta a AMB.

Competência das varas de Família e aposentadoria

O Órgão Especial do TJ deliberou na sessão do dia 25 de junho que as varas de Família de Curitiba, da 5ª a 8ª, terão competência para o cumprimento de Cartas Precatórias dessa matéria. Por outro lado, os feitos relacionados às Sucessões (arrolamentos, inventários e outros) passarão para a competência das Varas de Família em todo o Estado. Hoje, tais ações são julgadas em Varas Cíveis.

Aposentadoria - Na mesma sessão, os desembargadores do Órgão Especial aprovaram o pedido de aposentadoria do desembargador Marco Antônio de Moraes Leite. "Excelente juiz, dotado de grande inteligência e capacidade de trabalho, que tem como marca registrada a bondade", afirmou a desembargadora Dulce Maria Cecconi. O presidente do Tribunal, desembargador Miguel Kfourri Neto, também destacou sua admiração ao magistrado. "Ele é merecedor de todo o nosso carinho e profunda gratidão, pelos serviços prestados ao Judiciário paranaense e pelos ensinamentos e amizades que cultivou ao longo da carreira" concluiu Kfourri. **Trajetória** - Marco Antônio de Moraes Leite iniciou a carreira na magistratura em 1974, na comarca de Maringá. Como juiz de Direito atuou nas comarcas de Ibiporã, Engenheiro Beltrão e Maringá. Depois, como juiz de Direito substituto passou pelas comarcas de Maringá e Curitiba. Em 1995 foi removido ao cargo de juiz de Direito substituto em 2º Grau e no mesmo ano foi promovido ao cargo de juiz do Tribunal de Alçada. Promovido por antiguidade ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná em 13 de agosto de 2004.

Ouvidoria

A Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná aprovou na Sessão do dia 6 de junho, em conformidade com o disposto no artigo 14, parágrafo único, do Regimento Interno da Secretaria do TRE-PR, a indicação do juiz estadual, Fernando Ferreira de Moraes, para ocupar o cargo de diretor ouvidor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Moraes substituiu Marcelo Malucelli, que concluiu seu biênio junto à Corte do TRE-PR. "O objetivo do trabalho na ouvidoria consiste no esclarecimento quanto às dúvidas, observações e reclamações dos eleitores. Além disso, estou à disposição dos magistrados que atuam no Eleitoral", comunica Fernando de Moraes.



PISCINA & LAZER

TUDO PARA SUA PISCINA, DECORAÇÃO E JARDINAGEM

- ✓ Piscinas em Fibra
- ✓ Produtos da Genco
- ✓ Aquecedores Elétricos e Solares
- ✓ Filtros e Bombas
- ✓ Acessórios para Piscinas
- ✓ Plantas e Decorações

















Loja - 01
Rua Nicolau Abagge, 601 - Centro
CEP 83280-000 - Guaratuba - PR
Fone: (41) 3442-1001

Loja - 02
Av. Juscelino K. Oliveira, 3.833 - Centro
CEP 83260-000 - Caiobá - PR
Fone: (41) 3473-3515

www.piscinaelazer.net

Pelo critério de antiguidade, Albino Jacomel Guérios chega ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná

Experiência no Segundo Grau

Discreto e vocacionado. Estas são duas das atribuições conferidas por colegas ao magistrado Albino Jacomel Guérios, promovido ao cargo de desembargador, pelo critério de antiguidade, em sessão do Tribunal Pleno do TJPR, no dia 22 de junho. Envolto de pilhas de processos e de livros jurídicos, Albino conversou rapidamente com a revista Novos Rumos para falar da carreira. Já são oito anos de atuação como substituto no Segundo Grau, 28 anos de carreira no total e a preferência pela área do Direito Civil. Confira o bate-papo.

‘Como foi a trajetória do senhor pelos rincões do Paraná até chegar ao ápice da carreira na magistratura?’

Bem, no dia 20 de junho de 1984 eu tomei posse como juiz substituto, portanto são 28 anos de carreira. Passei, primeiro, como juiz substituto na seção de Cornélio Procópio. Fiz uma permuta com a hoje desembargadora Lídia Maejima, que estava em União da Vitória e é da região de Londrina. Então, ela tinha interesse de atuar Cornélio Procópio, que é perto de Londrina e eu tinha o interesse de estar mais perto de Curitiba, portanto fizemos a permuta. Fiquei um ano e oito meses, mais ou menos, em União da Vitória, como substituto. Fui promovido para o cargo de juiz de Direito na comarca de Palotina. Após, fui para Campo Largo e então cheguei a Curitiba. Na Capital, eu fiquei mais de dez anos na 11ª Vara Cível.

Na área do Direito Civil o senhor possui grande experiência...

Tenho... Depois, fui removido para o cargo de juiz substituto em Segundo Grau no mês de abril, em 2004. São oito anos de atuação como substituto em Segundo Grau.

E foi promovido, agora, ao cargo de desembargador pelo critério de antiguidade. Como o senhor analisa o critério que afere o merecimento na ascensão da carreira do magistrado?

Com o passar do tempo, infelizmente, eu constatei que o critério de merecimento não era estritamente observado. Sempre dependia do juiz “pedir”, além do pedido oficial, para os desembargadores. Eu achava injusto, pois o critério legal está no merecimento aferido objetivamente. Ali, era um pedido subjetivo. Não dependia da sua capacidade de trabalho, da capacidade intelectual, mas da capacidade de convencimento, da simpatia. Eu optei por deixar a carreira seguir naturalmente.

Como o senhor avalia a estrutura e o trabalho no Segundo Grau, após oito anos de experiência?

No 2º Grau possuímos mais estrutura. Pelo que eu posso observar, embora empiricamente, o Tribunal é muito rápido na apreciação de recursos. Trabalha muito bem, pois temos boa estrutura. O juiz substituto em Segundo Grau, por exemplo, pode dispor de dois cargos de assessor. Agora, no Primeiro Grau, antes não era tão exagerado o número de distribuição processual como ocorre atualmente.

Na opinião do senhor existe a necessidade da criação de mais câmaras de julgamento no Tribunal?

Algumas câmaras estão sobrecarregadas de serviço. A criação de mais câmaras será útil, no futuro, certamente pela melhoria na estrutura do 1º Grau, que vem ocorrendo. Isso repercutirá no Segundo Grau.

O senhor cursou a Escola da Magistratura do Paraná? Atuou como professor?

Fui professor da Escola da Magistratura do Paraná, com muito orgulho. Fui cursista da primeira turma da Escola, em 1983. Sempre digo que a experiência como aluno da Escola foi muito útil, pois ali tive o contato com juizes. Conheci magistrados como os desembargadores Troiano Neto e Marino Braga, que serviram de

espelho. O desembargador Troiano, com quem eu tive a felicidade de trabalhar como juiz auxiliar na presidência, foi o modelo, o paradigma de juiz para mim.

A preferência pela área do Direito Civil surgiu quando?

Desde a academia. A simpatia e a antipatia com as matérias surgem na faculdade. Por exemplo, Direito Tributário, não gosto, não adianta. Direito Penal, também não, assim como Direito de Família. Veio da academia o gosto pela área Cível, assim como a aversão pelas outras matérias.

O senhor possui filhos? Eles pretendem seguir a carreira do pai?

Sou casado e tenho dois filhos. São adolescentes, casei tarde, mas querem seguir a área do Direito.

Possui algum hobby, doutor?

Correr. Eu corro 10 km por dia e faço musculação. Na corrida está minha válvula de escape.



Sem formalidades

Em ato discreto, realizado na sala da presidência do TJ, no dia 27 de junho, o magistrado Albino Jacomel Guérios tomou posse como desembargador. Sem maiores formalidades, após prestar a promessa legal diante do presidente Miguel Kfoury Neto, Albino assinou o termo de posse e voltou imediatamente para seus afazeres na 18ª Câmara Cível. Apesar do inegável e reconhecido merecimento, jamais requereu promoção por tal critério. O notável juiz, que foi auxiliar da presidência na gestão do desembargador Troiano Neto, passa a dignificar o Tribunal, que se orgulha por tê-lo como seu mais novo integrante. Ele passará a ocupar a vaga aberta com a aposentadoria do desembargador Luiz Zarpelon.



Ideologia e decisões

Os juízes paranaenses julgam muito mais baseados em critérios pessoais extraídos do caso concreto do que na teoria. É o que afirmam pesquisadores da Universidade Federal do Paraná, em estudo publicado no dia 6 de julho pelo jornal paranaense Gazeta do Povo.

A conclusão é polêmica. Adstritos à lei e à jurisprudência, os magistrados deveriam, em tese, aplicar às questões que chegam aos gabinetes normas e entendimentos pacificados. No entanto, é comum o uso de princípios gerais do Direito para ajudar quando há regras conflitantes. Além disso, qualquer norma pode ser interpretada, o que abre um leque de entendimentos possíveis.

É o que afirma o juiz Fernando Ganem, presidente da Associação dos Magistrados do Paraná. “As lacunas deixadas pela lei exigem a aplicação de princípios”, explica. Segundo ele, a jurisprudência é saída para os chamados casos “de massa”, em que as teses são repetidas e há uma coleção de decisões a respeito. “Já em questões polêmicas, a ideologia e o posicionamento social prévio influenciam na decisão, justificada, depois, com a doutrina e a jurisprudência.” Para o juiz, o comportamento não gera insegurança jurídica. “Há divergência na própria jurisprudência. Há câmaras de um mesmo tribunal que decidem de forma diferente os mesmos temas. Divergir é natural do ser humano”, opina. **Consultor Jurídico**

Questão infeliz

A nota de repúdio, assinada pelo presidente da Amapar, Fernando Ganem, referente à questão do último Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, repercutiu de maneira destacável em dois dos principais veículos de notícias referentes ao Judiciário na web. No democrático Blog do Fred, hospedado pelo jornal Folha de S. Paulo, foram 28 comentários de juízes, advogados e demais profissionais do Direito. O referencial Consultor Jurídico – www.conjur.com.br – recebeu 54 comentários acerca da opinião da Amapar, que reprovou a conduta dos responsáveis pela elaboração de questão do exame da OAB, na qual os candidatos tinham que escrever sobre as eventuais consequências jurídicas na hipótese de um advogado escrever, em petição, que determinado juiz é “burro”. “Enquanto a sociedade busca resgatar valores que se perdem, o incitamento ao acinte e à deselegância é tudo o que não se quer das organizações sociais representativas de profissionais formadores de opinião”, criticou Ganem, em nota repercutida pelos sites.

Lei para a segurança

Nota publicada no final do mês de julho, nos principais jornais do País, informa que juízes ameaçados de morte no exercício da função terão a proteção ampliada, segundo lei sancionada no dia 25 de julho pela presidente Dilma Rousseff. A proposta estabelece que juízes, membros do Ministério Público e seus familiares que estiverem em “situação de risco” poderão ter proteção da polícia judiciária, órgãos de segurança institucional e outras forças policiais, como Polícia Militar.

A proteção policial deve ser prestada de forma “imediate” em casos urgentes e deve ser comunicada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ou ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A lei estabelece que crimes praticados por organizações criminosas devem ser julgados por um colegiado de juízes de primeiro grau, para que o foco não esteja apenas em um magistrado. O texto também autoriza os tribunais a adotarem medidas que reforcem as seguranças dos prédios, como controle de acesso por meio de detectores de metais e identificação de todos os visitantes. Outra permissão é para que os veículos utilizados por membros do Poder Judiciário e do Ministério Público tenham, temporariamente, placas especiais que impeçam a identificação dos usuários. Hoje, o CNJ contabiliza 150 juízes sob ameaça, mas só 61 estariam com escolta.

Cotas na Magistratura

A instituição de cotas para as chamadas minorias já é velha conhecida em processos seletivos, mas a discussão chega agora ao Poder Judiciário, causando polêmica. É oportuno usar a desigualdade social como um critério de seleção de magistrados? E quem ou qual instrumento legal deve servir para ditar as regras da implantação das cotas?

O presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), juiz Fernando Ganem, vê a necessidade de maior discussão do assunto. “Numa democracia, qualquer pessoa tem a chance de ser eleito, acho que nos cargos eletivos o sistema de cotas setoriza demais o processo”, afirma. Ganem lembra que, nas cotas para mulheres na composição das filiações partidárias, os partidos têm dificuldades para atender à regra porque não há demanda. Ganem, no entanto, defende a proposta para o Poder Judiciário. “As cotas devem ser estendidas a todos os setores e o Judiciário se inclui nisso”, diz. O vice-presidente de assuntos culturais da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Rosalvo Augusto Vieira da Silva, é da mesma opinião. “A experiência nas universidades tem oportunizado a muitos negros melhores condições de trabalho, acho que isso é um resgate histórico e deve ser utilizado em todos os concursos, para magistrados inclusive”, aponta, lembrando que o assunto ainda não foi internamente discutido na AMB. **Gazeta do Povo**

Fórum Cível de Curitiba

A construção da nova sede do Fórum Cível de Curitiba deve finalmente sair do papel até o início de agosto. Essa é a expectativa do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), Miguel Kfourri Neto. De acordo com ele, a obra está atrasada por questões técnicas do processo de licitação. “A primeira etapa da obra deve ser lançada, se Deus quiser, até o início do próximo mês”, diz Kfourri.

A partir da homologação da habilitação, o TJ do Paraná precisa definir o preço com a empresa e determinar o início da obra. O valor da primeira etapa é estimado em R\$ 14,5 milhões para a instalação da estrutura de 16 mil metros quadrados no terreno da antiga Penitenciária do Ahú. Uma segunda etapa, que prevê o acabamento do edifício, ainda precisa ser licitada. Desse modo, o custo final do novo Fórum deve ficar em torno de R\$ 45 milhões. Ao final da obra, o espaço físico do novo fórum será dobrado em comparação ao das varas cíveis hoje existentes na capital. “Um grande erro é imaginar que não estamos sensíveis à necessidade de melhora de atendimento dos advogados e do público em geral. Nós estamos fazendo um grande esforço para proporcionar um serviço melhor para a população”, diz Kfourri. **Gazeta do Povo**



Votos de valorizaç

19 juízes substitutos chegam para somar no Tribunal de Justiça do Estado do

”

"Do juiz se exige humildade, para ler e ouvir críticas, nem sempre justas, para se valer de sua autoridade exclusivamente como instrumento do exercício da função e para retroceder sempre que convencido de que incidiu em erro, com vistas a não perpetuar a situação de injustiça", recomendou o juiz **Marcos José Vieira**, ao representar a Amapar.



Duas posses de juízes substitutos, no mês de junho, marcaram a agenda solene do Tribunal de Justiça. A primeira, realizada no dia 13, foi especial para 13 aprovados no último concurso para ingresso na magistratura. Empossados pelo presidente da Corte, o desembargador Miguel Kfourri Neto, os novos magistrados receberam os cumprimentos de autoridades, juízes e desembargadores, familiares e amigos. Ao saudar a plateia do auditório do Pleno, Kfourri considerou o momento favorável para o ingresso na magistratura paranaense, devido à reestruturação e constante expansão do 1º grau de jurisdição.

Coube ao desembargador Guido José Döbeli discursar em nome dos componentes da banca examinadora do concurso. O magistrado destacou a dedicação e o esforço dos novos juízes. "Os que foram aprovados nessa difícil seleção vieram engrandecer o nosso Tribunal. Hoje é entregue ao seio da magistratura paranaense pessoas de muito valor e com muito

conhecimento", ressaltou. Pela Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) falou o presidente da entidade, Fernando Swain Ganem. "Convido-os a trilharem um caminho de valorização dos magistrados, dos servidores e acima de tudo da valorização do ser humano", enfatizou Ganem, que parabenizou os novos colegas.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Noeval de Quadros, afirmou ter certeza que todos os juízes farão uma excelente carreira. "O Tribunal do Paraná é respeitado pela qualidade da decisão de seus magistrados e por sua produtividade e excelente aspecto disciplinar", disse. Noeval também relembrou o relevante resultado atingido pelo TJPR frente às metas do CNJ de 2011. "No Justiça em Números, publicado pelo CNJ, revelou-se que o nosso Tribunal foi um dos quatro que conseguiu cumprir todas as Metas para o ano de 2011. Os senhores assumem hoje em um momento muito especial na história do Judiciário Paranaense", concluiu.

Mais seis – Em outro ato solene, realizado no dia 28 de

ãõ

o Paraná



"Os que foram aprovados nessa difícil seleção vieram engrandecer o nosso Tribunal. Hoje é entregue ao seio da magistratura paranaense pessoas de muito valor e com muito conhecimento", ressaltou o desembargador **Guido Döbeli**, coordenador da banca examinadora do último concurso.

junho, mais seis juízes substitutos tomaram posse e passaram a integrar as fileiras da magistratura estadual do Paraná. Coube ao juiz substituto Phellipe Müller discursar em nome dos demais empossados. O magistrado enfatizou que o ingresso na carreira acontece em uma época promissora em que o juiz sente-se amparado pela estrutura e instrumentos necessários para o adequado exercício da atividade. "As pessoas e a satisfação de suas necessidades devem ser o nosso foco. O magistrado embora não possa fugir de sua condição de pesquisador e estudioso, não deve se desligar de sua natureza humana", concluiu Müller.

Pela Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) falou o juiz Marcos José Vieira que saudou os empossados e desejou votos de uma feliz judicatura. "Do juiz se exige humildade, para ler e ouvir críticas, nem sempre justas, para se valer de sua autoridade exclusivamente como instrumento do exercício da função e para retroceder sempre que convencido de

que incidiu em erro, com vistas a não perpetuar a situação de injustiça", declarou.

O corregedor da Justiça, desembargador Lauro Augusto Fabrício de Melo, parabenizou os novos juízes e afirmou ter certeza que todos farão uma excelente carreira. "Do magistrado se exige acima de tudo ética e estou certo que os senhores irão cumprir essa exigência. Para tudo que for necessário contem sempre com a administração do Tribunal e com os desembargadores", afirmou o corregedor.

Ao encerrar a sessão solene, o presidente Kfourri afirmou que do magistrado se espera trabalho e exemplo. "A conduta ética do juiz deve ser exemplar. Além disso, é necessária uma primorosa capacidade de decisão, um arrojo com sensatez", declarou o desembargador e também ressaltou que, com a expansão da magistratura em 1º grau os serviços ao jurisdicionado são aperfeiçoados.

*Com informações da assessoria de imprensa do TJPR
Fotos: Irineu Wlodarczyk*

Ganhos à prestação

Poder Judiciário do Paraná avança e passa a

No mês de junho o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná aprovou grandes alterações na estrutura da instituição com a elevação de 10 comarcas à entrância final. Foram contemplados com o investimento os municípios de Paranavaí, Toledo, Apucarana, Arapongas, Cianorte, Campo Mourão, Pato Branco, Francisco Beltrão, União da Vitória e Paranaguá. Agora, o Estado passa a contar com 18 comarcas “de final”. Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Ponta Grossa e Umuarama já possuíam tal atribuição. “A elevação à entrância final pode colaborar para maior permanência dos juizes em certas Comarcas, bem como promover maior estabilidade nos serviços, e ainda incentivar juizes mais experientes a ficar nessas regiões, nesses polos econômicos de destaque, fazendo ali sua carreira, até atingir o último degrau na primeira instância, habilitando-se a concorrer ao tribunal, sem precisar mudar de comarca”, explica o corregedor-geral de Justiça, Noeval de Quadros, sobre os ganhos à Justiça.

Logo após, em votação na Assembleia Legislativa, no mês de julho, os projetos de lei referentes às alterações foram aprovados sem maiores questionamentos por parte dos parlamentares. O presidente do Tribunal, desembargador Miguel Kfoury Neto, enalteceu a parceria com os poderes Legislativo e Executivo, além dos pleitos dos magistrados daquelas comarcas, que resultaram na nova “geografia” do Judiciário paranaense. “Especial relevo deve ser dado ao pleito dos colegas magistrados, no largo dos anos, que agora vem suas aspirações atendidas. Nossa Assembleia Legislativa e o governo do Estado tiveram participação fundamental nessas vitórias e conquistas”, salientou o mandatário do TJ.

No que tange à alteração na organização judiciária do Paraná, o destaque ficou para o trabalho viabilizado pela Corregedoria de Justiça, onde a equipe capitaneada pelo corregedor-geral, desembargador Noeval de Quadros, realizou estudo para confrontar a estrutura das comarcas pretendentes à elevação. Foram considerados o número de varas, crescimento populacional, montante de processos, contextos social e econômico, além da preocupação em torno de qualificar a prestação jurisdicional nas regiões. “Na falta de critérios objetivos na lei para essa elevação, a Corregedoria solicitou à Presidência que determinasse estudos urgentes, por parte da Assessoria de Planejamento sobre o assunto. Em maio, a Assessoria de Planejamento entregou estudos propondo que todas as Comarcas com mais de 80 mil habitantes e cinco ou mais Varas fossem elevadas à final”, explica Noeval.

Segundo o desembargador, houve mudanças

significativas no cenário das Comarcas, desde as últimas alterações no Código Judiciário. As pequenas cidades perderam população, constata o magistrado. “Campina da Lagoa já chegou a ter 42 mil habitantes e hoje tem pouco mais de 16 mil. Goioerê, cidade de porte médio, também perdeu mais da metade dos seus habitantes nos últimos anos. Creio que isso se deve à crise na agricultura e à mudança no perfil de algumas regiões, com aumento da área para pastagem e mecanização da lavoura, diminuindo o número de empregos e forçando as pessoas a se mudarem para as metrópoles ou para cidades de maior porte, que oferecem emprego e melhores condições de estudo”, explica.

“Depois da votação do órgão Especial, este fundamento invocado pela ASSPLAN e pela Corregedoria, com base em estudos do IPARDES, foi confirmado por reportagem da imprensa, com o título “Cidades médias são as que mais crescem no país”, na qual o articulista cita que “depois da explosão populacional das capitais e das regiões metropolitanas, agora são os municípios-polo que experimentam um expressivo aumento de população”. Esse cenário mais do que justifica investimentos de infraestrutura nessas cidades” (**Gazeta do Povo**), constata o corregedor-geral.

Confira a entrevista na próxima página!

“Representa maior rotatividade de juizes, maior carreira, maior número de assessores, com maior produtividade e no bom atendimento a todos os cidadãos do Judiciário. Essa profunda alteração na geografia das comarcas deve-se ao trabalho do corregedor-geral, desembargador Noeval de Quadros, à sua profunda compreensão da realidade das comarcas e aos atributos dos integrantes da Comissão de Reorganização das Divisões Judiciárias, presidida pelo desembargador Miguel Kfoury Neto e à percepção dos integrantes do Órgão Especial”, **desembargador Miguel Kfoury Neto, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**

ção jurisdicional

a contar com 18 comarcas de entrância final

Desembargador, para a população das dez comarcas que foram elevadas à entrância final, qual o impacto? Quais os ganhos em prestação jurisdicional? E para a economia das respectivas regiões, o que pode acrescentar?

Para as comarcas há um ganho qualitativo e quantitativo. Terão juízes mais experientes, juízes que terão pelo menos mais um assessor e que tenderão a se movimentar menos na carreira. Logo, a economia dessas regiões se beneficiará do impacto de uma prestação jurisdicional mais célere, mais uniforme, sem intermitências. Demais, muitos juízes querem terminar na entrância final sua carreira e, portanto, nessa condição de juízes de entrância final se sentirão mais realizados. Outrossim, é uma distinção para qualquer Comarca entrar no rol daquelas que atingiram um nível de expressão tão significativo que passaram a integrar o rol das Comarcas de final.

Não existe o risco de ocorrer um vazio em comarcas intermediárias?

Por esse estudo feito pela Assessoria de Planejamento, as Comarcas que têm de duas a cinco Varas, com menos de 80 mil habitantes, é que continuarão sendo

intermediárias. Hoje são 42 Comarcas nessa condição, ou seja, quase 30% do total de Comarcas do Estado. De entrância inicial, temos 82 Comarcas e de final, teremos 18, sendo três dessas de região metropolitana. A Assessoria de Planejamento está realizando estudo para sugerir critérios objetivos também para os pedidos de elevação à entrância intermediária.

O que representa para a comunidade local a permanência do juiz, aquele que “fixa raízes” em determinada comarca?

Penso que o juiz deve permanecer por um tempo razoável na Comarca, suficiente para familiarizar-se com o serviço e dar-lhe o seu ritmo, mantendo as coisas em ordem. Assim, ele passa a conhecer melhor a realidade e as peculiaridades da sua Comarca e região. Nas comarcas menores, a permanência do juiz por mais de 5 ou 10 anos pode também não ser de todo aconselhável. Esse problema não existe nas comarcas de entrância final, quando então são vários os juízes e a coisa se impessoaliza um pouco, por isso que ele pode ficar por mais tempo.

juízes, maior estímulo na
m reflexos diretos na
quantos recorrem ao
ografia das nossas
rregedor-geral,
sensibilidade e
s do interior.
Organização e
argador Jesus
olendo Órgão
foury Neto,
do Paraná.



Existiram critérios para a concessão das dez elevações de comarca à final?

Sim, o Órgão Especial decidiu que só seriam elevadas à final as Comarcas de entrância intermediária que tivessem mais de 5 Varas e mais de 80 mil habitantes. Essa era a condição exigida. Esses parâmetros foram sugeridos pela Assessoria de Planejamento, que fez estudos comparativos com outros Estados e chegou à conclusão de que, dentro das nossas peculiaridades, já era justificável a elevação de pelo menos mais 10 comarcas à entrância final. O impacto financeiro desta transformação de 61 cargos de Juiz de Direito de entrância intermediária em cargos de Juiz de Direito de entrância final (alteração de 5% nos subsídios) será de R\$ 978 mil por ano, segundo informação do Departamento Econômico e Financeiro. A promoção dos juízes, todavia, não se dá automaticamente e sim apenas quando eles tiverem os requisitos para promoção.

Em contrapartida, deve diminuir o valor que o Tribunal gasta com ajuda de custo para transporte e mudança (art. 85 do Código Judiciário) cada vez que um juiz é removido ou promovido, porque tende a diminuir essa movimentação. No ano de 2011, o valor gasto pelo TJ passou de R\$ 1.500.000,00 só nessa rubrica, segundo informações do Depto. Econômico.

Mas não foi apenas este o efeito da elevação. Haverá um ganho também para a carreira, porque com isso foram transformados 13 cargos de Juiz Substituto em cargos de Juiz de Direito Substituto de entrância final. As substituições nessas Comarcas se farão por juízes mais experientes na carreira, exatamente porque se entende que as causas, nessas Comarcas, são mais complexas. Demais, os juízes de entrância final têm direito a mais um cargo de Assistente I de Juiz, símbolo 3-C, de modo que todas estas Comarcas estarão mais bem aparelhadas para dar conta dos serviços, porque são elas efetivamente as mais exigidas. Além disso, programa-se a implantação do processo eletrônico também nas áreas cível e criminal para breve. Com isso, haverá necessidade de menos funcionários nas serventias e mais funcionários no gabinete do juiz, porque o processo vai e volta com rapidez impressionante. Assim, estas Comarcas estarão com estrutura funcional mais adequada para atender também a essa demanda crescente. O custo da contratação desses novos 61 cargos comissionados será de R\$ 2.341.000,00 por ano.

Por fim, com a elevação dessas dez comarcas à entrância final, o Juiz Auxiliar da Corregedoria Vitor Roberto Silva, juntamente com o assessor Alex Horta, o Juiz Auxiliar da Presidência Frederico Mendes Junior e a Diretora da Assessoria de Planejamento, Maria Alice Panizzi, fizeram um ótimo trabalho de reorganização das Seções Judiciárias do Estado, com várias

modificações, gerenciando melhor as necessidades. A partir de agora, não haverá nenhuma Seção Judiciária em que o Juiz Substituto fique responsável por substituir mais do que 4 juízes titulares. Logo, será perfeitamente possível a ele atender, no ano, as férias dos titulares e também ele gozar férias. Antes, era comum numa Seção Judiciária o Juiz Substituto atender 8 ou 9 juízes titulares, o que tornava impossível um bom gerenciamento dos serviços. Agora, apenas uma Seção Judiciária terá 5 Varas e outra 6. Nas demais, cada substituto atenderá apenas 4 juízes titulares. A tendência é a normalização dos serviços.

Comparando com outros tribunais, o Paraná está em paridade quanto ao número de comarcas de inicial, intermediária e de final? O senhor possui algum estudo sobre a questão?

Sim, os estudos feitos levaram em conta a situação de outros Estados. É verdade que há tribunais estaduais com poucas comarcas de entrância final (caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, que permanece apenas com 5 na final, mais 49 na intermediária e 110 na inicial). A Bahia é outro Estado que tem apenas Salvador na final, 60 comarcas de entrância intermediária e 214 na entrância inicial. Na maioria dos Estados do Nordeste, ainda permanece a concepção de apenas uma Comarca (a Capital) ser de entrância final. Porém, a prestação jurisdicional nesses Estados é, de regra, deficitária.

Em outros Estados, já houve mudança nessa concepção. O Rio de Janeiro – que tem uma visão moderna de administração da Justiça – possui 12 Comarcas de entrância especial, 32 de 2ª entrância e 39 de 1ª entrância. Há um equilíbrio entre o número de comarcas, em cada classe, com 14% delas na entrância final. Santa Catarina tem 13 comarcas de entrância especial, 29 de final e 73 de inicial. Há também um maior equilíbrio, com mais de 10% das comarcas na entrância final. São Paulo tem 39 comarcas de entrância final (sendo que na região metropolitana de São Paulo há mais 20 Foros Distritais), 66 comarcas de entrância intermediária e 202 de inicial. Há também um relativo equilíbrio, com 13% das comarcas na final, 22% na intermediária e 65% na inicial. Minas Gerais tem 25 comarcas na final, 86 na intermediária e 180 na inicial. O Paraná passará a ter 18 na final, 42 na intermediária e 82 na inicial. O que se deve ter são critérios claros, objetivos, tanto para elevação de entrância quanto para criação de novas comarcas. E isso o TJPR já está providenciando, até mesmo para atualizar o Código de Organização Judiciárias, cuja última alteração substancial ocorreu quando o número de juízes no Paraná era bem menor, não existia o processo eletrônico, não eram tão procurados os Juizados Especiais, nem tinha o juiz tantas atribuições quanto as que têm hoje, sobretudo com as inovações ocorridas com o advento do CNJ.



“Quando viajamos em correição, vemos Varas ou Comarcas que têm poucos atrativos para “segurar” o juiz. Então, na primeira vaga que surge em outra Comarca, ele vai embora. Essa rotatividade prejudica os serviços. E não adianta exigir por Resolução que ele permaneça mais tempo na Comarca, porque não se pode fixar prazo mínimo quando se trata de promoção, o que também está ocorrendo com muita rapidez. Daí nós vemos Comarcas com aquela montanha de processos e a ausência de juiz titular, que ficou ali um tempo mínimo e já se mudou” , **desembargador Noeval de Quadros, corregedor-geral da Justiça.**



Umuarama, destaque na agropecuária e educação - “Desde a elevação da Comarca de Umuarama, surgiram vários pedidos de diferentes Comarcas para elevação à final, que foram todos para parecer da Corregedoria”, explica o corregedor-geral, Noeval de Quadros.

Boas Práticas

no trânsito

*Juizado Móvel,
coordenado pela juíza Liéje Bonetti,
comemora um ano de atividades com blitz educativa*

Para comemorar um ano de atividades do “Juizado Móvel de Trânsito”, a coordenadora do projeto, juíza Liéje Aparecida de Souza Gouveia Bonetti, realizou no dia 30 de junho uma verdadeira blitz educativa em Maringá. Com o apoio de uma equipe formada por magistrados e servidores - todos voluntários -, a magistrada movimentou o entorno da Avenida Horácio Racanello, uma das mais agitadas do trânsito maringaense.

A parceria com a Polícia Militar, Detran e agentes municipais resultou na distribuição de panfletos, adesivos e outros materiais de orientação aos mais de 700 motoristas que passaram pelo trecho durante a manhã e boa parte da tarde. O objetivo consistiu no esclarecimento de dúvidas, principalmente em casos de acidentes de trânsito sem vítimas.

O analista de sistemas Fernando Tobias não conhecia o trabalho do 'Juizado Móvel' e ficou satisfeito em saber da existência do serviço desenvolvido pelo Poder Judiciário do Estado. “Já estive envolvido em acidente de trânsito e é muito complicado. A relação com o outro condutor, no momento, fica bem complicada. A demora do processo também é uma questão que incomoda. Com o serviço do Juizado Móvel, imagino que dê mais agilidade aos processos, pois é possível fazer tudo na hora”, elogiou. Outros

condutores abordados pela blitz também teceram comentários positivos à iniciativa da magistrada. “Essa blitz é muito interessante. Estou até levando mais panfletos e adesivos para distribuir aos meus familiares”, ressaltou Eduardo da Silva, que trabalha como motorista.

O agente de trânsito, José Cecílio, trabalhou na blitz e contou que muitos motoristas ainda não conheciam o projeto de boas práticas no trânsito de Maringá. Logo após as orientações do profissional, muitos condutores prontamente aderiram ao projeto e colaram adesivos nos carros. “Muitas pessoas não têm informação sobre o trabalho desenvolvido pelo Juizado Móvel da doutora Liéje. Com a blitz foi possível divulgar amplamente o funcionamento do projeto”, ressaltou.

Na opinião da coordenadora, o resultado da blitz superou as expectativas. “Agradeço o apoio da Amapar que vem trabalhando em conjunto com os juízes nos projetos de Boas Práticas. É muito importante unir forças como fizemos aqui, com a presença de outros projetos do Judiciário, como o Justiça no Bairro, coordenado pela desembargadora, Joeci Machado Camargo e o Grão de Mostrada, da juíza Isabele Papafanurakis Noronha”, afirmou a magistrada Liéje Bonetti.





Números

900
chamadas

418
audiências

92%
de acordos

Juizado Móvel do Trânsito

Criado em 2011, o Juizado Móvel de Trânsito realiza atendimentos em Maringá sob a coordenação da juíza Liéje Bonetti, que atua no Juizado Especial Cível daquela comarca. O trabalho consiste no atendimento jurídico realizado no local de colisões sem lesões físicas ou acidentes fatais. “Fazemos o atendimento em todo o perímetro urbano de Maringá. Adotamos a forma de conciliação entre os envolvidos nos acidentes que resultaram em danos materiais”, explica Liéje. O Juizado Móvel dispõe de quatro conciliadores que vão até o local da colisão numa van equipada para audiências. O trabalho funciona de segunda a sexta-feira, das 12h às 19h. Desde o início das atividades, o Juizado Móvel de Trânsito atendeu em torno de 900 chamadas, com 418 audiências de conciliação e o cumprimento de 92% dos acordos.



Chloris Elaine Justen de Oliveira

Em **1892** o Governo Estadual sancionou a Lei n.º63, abrindo ao jornalista José Francisco Rocha Pombo a possibilidade de instalar estabelecimento de ensino superior em Curitiba, nas áreas de Direito, Letras, Comércio, Agronomia, Agrimensura e Farmácia, destinando-lhe inclusive um local, a Praça Ouvidor Pardinho. Na ocasião, a população paranaense era de 20 mil habitantes, vivendo numa economia deficitária, palco de lutas políticas decorrentes da Revolução Federalista, empecilhos estes que impediram o pronto surgimento de uma escola de ensino superior no Paraná.

José Francisco da Rocha Pombo *1857+1933, morretense, abolicionista, advogado, republicano, deputado provincial, jornalista, autor de vasta produção literária, fundador da cadeira N.º 1 da Academia Paranaense de Letras. Faleceu antes de assumir a cadeira N.º 33 da Academia Brasileira de Letras, para a qual havia sido eleito.

Em **1901**, o Paraná, reorganizado politicamente, valeu-se do Código Epitácio Pessoa, Lei n.º 706, de inspiração formal republicana, que dispunha sobre a criação de faculdades. E ficou estabelecida a instalação de uma escola superior nos termos do decreto regulador n.º 3.903 de 1901, com determinações administrativas relativas ao curso de bacharel em Direito. No entanto, debates e discordâncias sobre a regulamentação, horário e, principalmente, a duração das aulas em cinco dias da semana, durante cinco anos, inviabilizaram a consumação do projeto. Vale lembrar que o país havia recém-saído de uma monarquia para uma república presidencialista.

Em **1911**, o Ministro da Justiça Rivadávia Correia baixou um decreto de 'desoficialização' do ensino superior, permitindo a criação de escolas superiores livres, isto é, particulares, com regulamentação própria. A Reforma Rivadávia, considerada modernizadora, proporcionou a fundação da Faculdade de Direito Teixeira de Freitas no Rio de Janeiro e do Curso de Ciências Jurídicas no Paraná.

Curitiba era carente em tudo. Quase inexistiam os sistemas de saneamento, iluminação e transporte públicos, apesar da produtiva indústria de erva-mate e a de extração de madeira. As tropas federais destinadas a conter as lutas da região do Contestado circulavam ostensivamente pela cidade, principalmente na estação ferroviária. Mesmo enfrentando tais transtornos, notadamente os políticos, o Ginásio Paranaense, a Escola Normal, a Escola de Belas Artes, o Museu Paranaense, a Biblioteca Pública e o Instituto Agrônomo funcionavam a contento e, no setor de saúde, existiam o Hospital de Caridade, o Asilo de Órfãos e a Sociedade Protetora da Infância.

Com tal realidade, um grupo de intelectuais, Fernando Moreira, Pamphilo de Assumpção, Victor Ferreira do Amaral e Nilo Cairo, reuniu-se em Assembleia Universitária, no dia **19 de dezembro de 1912**, com o objetivo de fundar e instalar a Universidade do Paraná, organizada em uma única instituição, sem divisões, faculdades ou escolas, mas sim, em cursos.

E assim, tiveram início os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, de Engenharia, de Odontologia, Farmácia e Obstetrícia e do Comércio, funcionando numa casa alugada na Rua Carlos de Carvalho, n.º42. Eram 97 alunos matriculados, dos quais, 29, frequentavam o curso de Ciências Jurídicas e Sociais.

Dada a precariedade do local, foi adquirido um terreno para construção de uma sede. O lente catedrático Engenheiro Baeta de Faria projetou o edifício. Duas firmas de construção se inscreveram, Börtolo Bergonse e Carlos Dietzsch. O Dr. Victor do Amaral propôs aos construtores uma parceria e houve um acordo entre as partes.

Em **1913**, a Prefeitura Municipal de Curitiba, graças ao empenho do Prefeito Cândido de Abreu, doou área na Praça Santos Andrade destinada à construção da Universidade do Paraná, com apoio do Presidente do Estado Carlos Cavalcanti. Era um local ermo, apenas um caminho adiante da linha do trem. Para adaptar o projeto inicial foram convidados os doutores engenheiros Euclides Espíndola e Artur Portela, que, além de aceitarem a incumbência, atenderam à



UF

100 Anos





PR

100

1912 - 2012



sugestão do Dr. Victor Ferreira do Amaral de acrescentar uma escadaria frontal ao edifício. Em 13 de setembro ocorreu a primeira reunião e foi escolhida a diretoria da Universidade do Paraná, cujo principal curso era o de Direito, sendo-lhe destinado o espaço central do edifício.

Diretor	Dr. Vitor Ferreira do Amaral
Vice-diretor	Des. Euclides Beviláqua
Secretário	Dr. Nilo Cairo
Subsecretário	Dr. Manoel Cerqueira Daltro Filho
Tesoureiro	Dr. Flávio Ferreira da Luz
Bibliotecário	Des. Hugo Simas.

Em **1914**, o governo concedeu à instituição uma subvenção anual, sob a condição de a Universidade do Paraná matricular gratuitamente dez alunos. O prédio abrigava dois anfiteatros para aulas orais, a biblioteca, a sala de leitura e a administração da escola. Os torreões laterais seriam concluídos, posteriormente, em 1950. A construção seguiu tão célere quanto possível e as turmas iam sendo transferidas conforme a conclusão do edifício.

Em **1915**, o Ministro Carlos Maximiliano impôs novas mudanças, sem se afastar do pensamento republicano de liberdade, gratuidade e laicidade do sistema escolar, dando ênfase ao ensino literário e científico, afastando-se da preconizada filosofia positivista. Determinava a Reforma Maximiliano a equiparação entre faculdades e uma população mínima de cem mil habitantes para instalação do ensino superior, entre outras exigências igualmente incompatíveis com a realidade paranaense. A Universidade enfrentava, outra vez, vicissitudes para cumprir normas federais.

Então, dos 204 alunos matriculados na Faculdade de Direito, 44 solicitaram transferência para escolas já oficializadas. Apenas metade deste total concluiu o bacharelado, integrando a primeira turma da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.

Formatura da primeira turma de bacharéis

Em 19 de dezembro de **1917** ocorreu a cerimônia de entrega de diplomas para os formandos do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, no Palácio Legislativo, revestida de toda a formalidade.

Na primeira parte, o diretor da Universidade do Paraná, Dr. Victor Ferreira do Amaral, abriu os trabalhos, saudando os presentes, o paraninfo e os lentes universitários, os bachareis, trajando beca, mais as madrinhas. Estas, alunas do maestro Léo Kaesler, cantaram o Hino Acadêmico acompanhadas da Banda da Força Pública, regida pelo maestro Romualdo Soriani.

Convidado, assumiu a direção da cerimônia, o Presidente do Estado Affonso Alves de Camargo, que passou a palavra ao Dr. Benjamin Lins, representante da Universidade do Paraná, seguindo-se o discurso do paraninfo, Dr. João Pamphilo de Assumpção e o do orador da turma, bacharel Generoso Borges de Macedo. Tomado o juramento, efetuou-se a entrega dos diplomas. O bacharel João Soares Barcellos, o mais velho da turma, escolhido 'chaveiro', procedeu a solenidade de entrega da chave, praxe acadêmica inglesa.

O ato, um rito de passagem, é a entrega simbólica da chave da escola pelos formandos aos acadêmicos. A chave simbolizava a partida dos bachareis que deixavam a cada um dos demais alunos a incumbência de responsabilizar-se e zelar pelo bom nome do estabelecimento escolar.

Prestado o juramento, os diplomas foram entregues. E, para finalizar, as bandas da Força Militar, do Exército Nacional e a do 4.º Regimento de Infantaria desfilaram pela Rua Barão do Rio Branco até a Rua XV de Novembro e Avenida Luiz

Xavier, numa homenagem ímpar à Universidade do Paraná, acompanhadas por pessoas a pé e de carro.

Turma de 1917 - Bachareis do Curso de Ciências Jurídicas

Diretor Victor Ferreira do Amaral
Secretário Arthur Martins Franco
Paraninfo João Pamphilo de Assumpção

Formandos

Hugo de Barros – RJ
Samuel Cezar de Oliveira - MG
Oscar Joseph De Plácido e Silva - AL
Antonio Leopoldo dos Santos Filho - PR
João Soares Barcellos – RS - Chaveiro
Isaura Sidney Gasparim - CE
Manoel Teixeira de Macedo - PR
Oscar Borges de Macedo - PR
Luiz Gonzaga de Quadros - PR
João Teophilo Gomy Junior - PR
Generoso Borges de Macedo - PR - Orador
Gastão da Costa Faria - PR

Os advogados dessa primeira turma exerceram relevantes cargos na administração pública, eleitos deputados, consagrados na carreira jurídica e acadêmica, responsáveis pela formação da identidade paranaense.

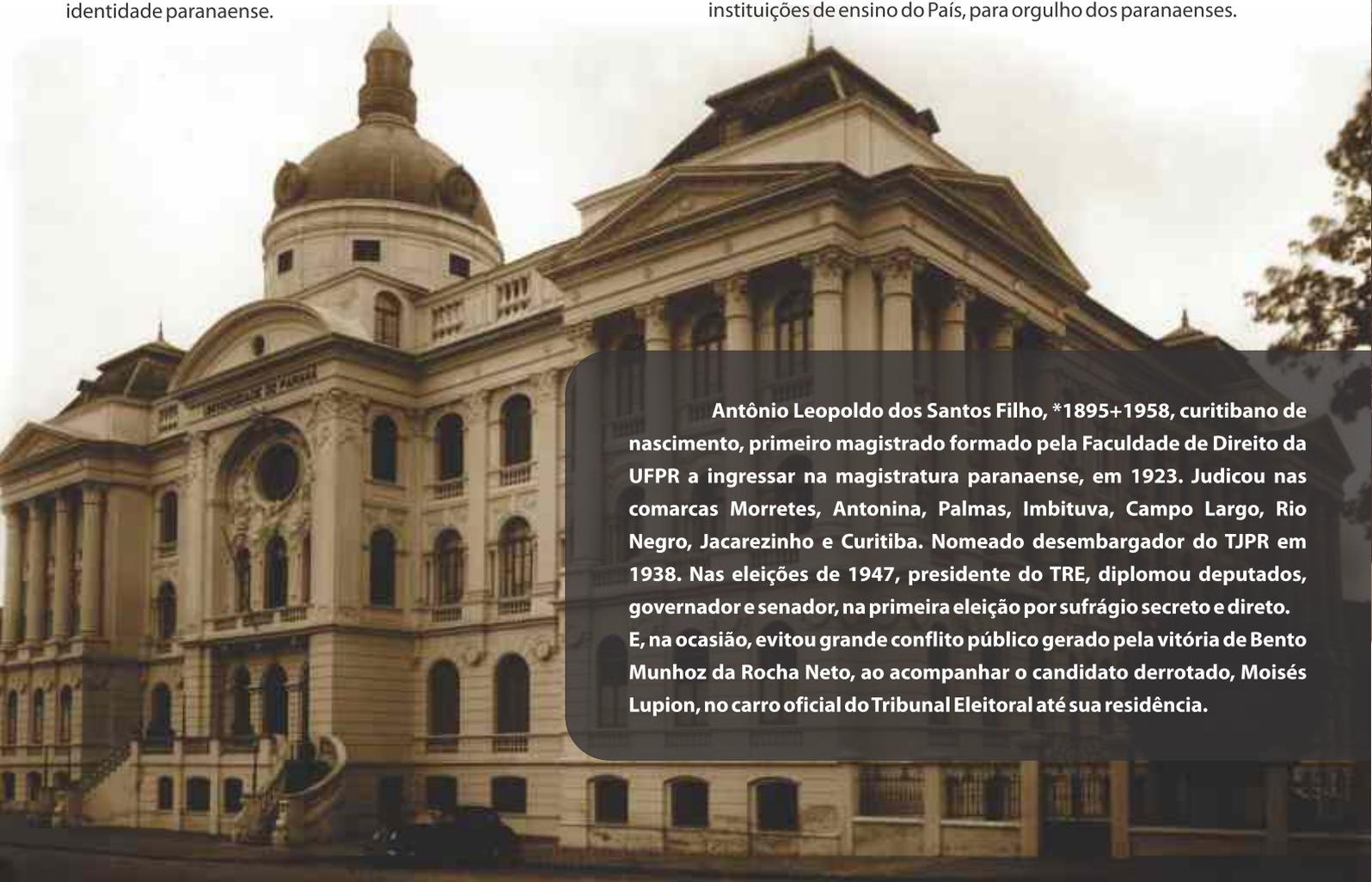
Só em **1918**, em atenção àquelas exigências, houve o desdobramento dos cursos, três faculdades e uma só direção administrativa. E a congregação da então Faculdade de Direito da Universidade do Paraná elegeu a primeira diretoria:

Diretor Des. Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti Filho
Vice-diretor Des. Euclides Beviláqua
Secretário Dr. João Vieira de Macedo

A Faculdade de Direito obteve autonomia didática, administrativa e patrimonial. Formada por uma congregação docente, cujos professores, lentes catedráticos vitalícios, eram os responsáveis pelo programa de 16 matérias ministradas. A avaliação do acadêmico consistia em frequência obrigatória, sabatinas mensais e um exame final. A prova final, divulgada pela imprensa, era um acontecimento social, dando oportunidade ao mestre e aluno demonstrarem suas credenciais.

Em **1920**, após muitos percalços administrativos, houve a equiparação entre os cursos superiores, por ato do Conselho Superior de Ensino e, finalmente, em 1950, a Universidade Federal do Paraná, pela Lei n.º 1254 de 04 de dezembro de 1950 obteve a federalização, depois de tantas mudanças políticas, de leis e projetos, que visavam aprimorar o sistema educacional e uniformizar as escolas superiores nacionais.

A Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná consolidou-se nos anos seguintes como uma das maiores instituições de ensino do País, para orgulho dos paranaenses.



Antônio Leopoldo dos Santos Filho, *1895+1958, curitibano de nascimento, primeiro magistrado formado pela Faculdade de Direito da UFPR a ingressar na magistratura paranaense, em 1923. Judicou nas comarcas Morretes, Antonina, Palmas, Imbituva, Campo Largo, Rio Negro, Jacarezinho e Curitiba. Nomeado desembargador do TJPR em 1938. Nas eleições de 1947, presidente do TRE, diplomou deputados, governador e senador, na primeira eleição por sufrágio secreto e direto. E, na ocasião, evitou grande conflito público gerado pela vitória de Bento Munhoz da Rocha Neto, ao acompanhar o candidato derrotado, Moisés Lupion, no carro oficial do Tribunal Eleitoral até sua residência.

Ministério da Cultura, Bradesco e Copel apresentam

Motigabani!

Imagens de uma Vida

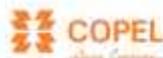

Museu Oscar Niemeyer

de 26 de JULHO a 30 de SETEMBRO de 2012

Museu Oscar Niemeyer • Rua Marechal Hermes, 999 • Centro Cívico, Curitiba - PR
CEP 80530-230 • Telefone 41 3350 4400 • www.museuoscarniemeyer.org.br



patrocínio



patrocínio



patrocínio



MARCEGAGLIA

apoio institucional



membrado



organização



realização



Ministério da Cultura



Braço Forte

Entrevista com o juiz Frederico Mendes Júnior, vice-presidente da Amapar e auxiliar na presidência do Tribunal de Justiça

Chegando ao derradeiro semestre ao lado da presidência do TJ. Quais as experiências foram as mais importantes e acrescentaram à carreira do senhor?

A atividade de juiz auxiliar do Presidente está sendo extremamente gratificante, embora nova. Após mais de dez anos lidando diariamente com processos, audiências, atendimento a pessoas da comunidade, o exercício da atividade administrativa foi algo quase novo. Quase porque já tinha sido, na década de 1990, procurador do Município, em Maringá. O presidente do Tribunal, desembargador Miguel Kfoury Neto, é um grande líder da magistratura, respeitado pela sua capacidade intelectual e carisma, reunindo as qualidades de bom julgador e administrador. Além disso, tinha sido meu professor na Universidade de Maringá e Escola da Magistratura. Quando me convidou para trabalhar na Presidência eu não tinha como dizer não, embora a vinda para Curitiba representasse uma mudança nos planos de permanecer no interior do Estado. Era de outro lado a oportunidade de sair do discurso para prática, de fazer a diferença nas pequenas coisas que estivessem ao meu alcance. Embora o Presidente comande cada uma das ações realizadas na administração, ele não tem condições de realizar todas pessoalmente - e é aí que nós, juízes auxiliares, entramos para garantir que os projetos da administração sejam efetivamente realizados. Neste um ano e meio o contato com toda a magistratura foi intenso. Aprendi e fui orientado muito mais que esclareci ou orientei. A nossa magistratura é heterogênea, com pessoas vindas dos mais diversos Estados, congregando desde filhos de operários e trabalhadores rurais a filhos de professores e intelectuais. Cada um destes juízes traz consigo a sua bagagem cultural, suas influências, angústias, costumes, valores, o que implica em comportamentos diferentes frente a situações que lhes são postas. Ri e chorei com fatos que me foram narrados por telefone ou pessoalmente, e vou deixar esta atividade uma pessoa melhor que entrei. Este contato intenso serviu para aumentar minha fé neste país e ter a certeza que a população, no que depender de seus juízes, terá dias melhores. Vi, na grande maioria, a preocupação em fazer o bem, distribuir felicidade em seu entorno, cientes de que o poder em nossas mãos é transitório, e apenas emprestado do povo. Em um país de pobres, com grandes desigualdades sociais e uma democracia jovem, nosso papel, como agentes transformadores e garantidores de direitos, acaba sendo ainda mais relevante do que nos lugares onde os índices de desenvolvimento humano e social são melhores - e não tenho dúvida alguma, depois desta intensa convivência, que a magistratura do Paraná está preparada para os desafios que este novo tempo exige.

“Esta falta de participação dos juízes na gestão dos tribunais destinados ao Poder Judiciário tem que ser mudado. Uma medida muito válida da administração é a nomeação de um magistrado dentro do Poder Judiciário, para supervisorar o trabalho de Informática, para supervisionar e coordenar os trabalhos. Não é necessário nomear um juiz para dizer que não há necessidades e o que é necessário para determinada área.”

”

...pação dos
...s recursos
...iário é algo que
...ma iniciativa
...ção foi colocar
... Departamento
...pervisionar e
...ada melhor que
...ais são as
...mais adequado
...a Vara.”



E a adaptação ao mudar de cidade, como foi?

Curitiba é uma bela cidade. Tive a felicidade de não chegar aqui sozinho. Sempre estive rodeado por amigos sinceros e que tornaram a mudança muito mais amena do que eu poderia imaginar. Não adianta estar em Paris ou Roma se for para estar sozinho. O lugar bom é onde você consegue tirar o seu sustento honestamente, manter a sua família, ter boa convivência, relações duradouras - e isto pode ser no interior do Estado ou na capital. É claro que senti a falta daquelas pessoas que estavam mais próximas, dos lugares conhecidos, dos garçons e frentistas que te tratam pelo nome - mas é algo que o tempo resolve muito bem. Enfim, estando abaixo do céu e em cima da terra, qualquer lugar pode ser bom, desde que não esteja sozinho.

O TJ tem passado por uma profunda transformação no que tange à área estrutural...

A Justiça no Paraná e no Brasil tem mudado muito, até porque a magistratura e a sociedade mudaram. Há poucos anos o Tribunal era composto por 25, 35 membros, e hoje são 120, além dos 60 juízes que trabalham em 2o grau. Isto implica em melhor divisão de trabalho, é claro, mas implica, também, em divisão de poder. É difícil em um ambiente como este, formado por intelectuais, pessoas experientes, que já passaram por muitas coisas na vida, se ter um discurso único - e esta diversidade é importante para o aperfeiçoamento da Instituição, o que indiscutivelmente atinge a todos nós e à população. A relação entre administração e juízes, também em permanente mutação, evoluiu. Os "seminários de gestão judiciária", realizados ano passado - e que contaram com a participação de 96% dos juízes de 1o grau - são o maior exemplo disso.

Pouca gente poderia imaginar, há alguns anos, o dia em que a cúpula diretiva do Tribunal chamaria todos os juízes do Paraná para uma reunião e diria: digam-me, sinceramente, quais são os seus problemas e o que você espera da administração. Primeiro que é necessária coragem para isso e, também, certo desprendimento. Os juízes estavam com muita vontade de falar e a administração teve a grandeza de ouvi-los. Lembro-me do Boer, por exemplo, dizendo que nunca tinha visto aquilo, e que participaria daquela discussão nem que tivesse de vir a pé - e olha que Porecatu é longe. Impressionou o comprometimento, como toda a magistratura de 1o grau entendeu a importância daqueles momentos. Em pleno sábado, um tempo ótimo, e todo mundo trancado em uma sala até às 21 horas discutindo os problemas e soluções para o sistema de Justiça no Paraná. Tudo que foi falado foi anotado e o Presidente Kfoury determinou que se fizesse uma pauta de trabalho a partir do que tinha sido dito.

O Corregedor, desembargador Noeval (de Quadros), de igual forma, criou grupos de trabalho para a resolução de problemas que eram afetos a sua área de atuação - com efetiva participação dos juízes. E isto é sim uma mudança de paradigma. Todos os dias os gestores da Justiça se reúnem com diretores, assessores, e passam horas. Por melhor intenção que exista muitos destes burocratas acabam não tendo muita noção do que é nossa atividade fim.

Nunca estiveram em uma Vara, não tem ideia do que é atendimento de balcão, receber dezenas de petições por dia,

audiências, preencher relatórios sem fim, manejar um número infinito de programas de computador (BacenJud, InfoJud, e-mandado, Publique-se, etc.), fazer sentenças, consertar fechadura de porta e janela quebrada (nas pequenas Comarcas principalmente) quase sempre com escassez de recursos humanos. Para alguns destes burocratas, a impressão que se tem, é que o Tribunal existe para ele próprio, desvincilhado do complexo Justiça e não raro, até pelo contato diário, acabavam influenciando - o que é natural - no que é prioritário ou não.

O contato do Presidente, do Corregedor, com o juiz, até pelas atividades diárias de cada um, é mais esporádico. Por exemplo, quantas vezes o juiz de Faxinal ou de Wenceslau encontrou com o Presidente do Tribunal, e por quanto tempo conversaram. É evidente que quando há este tipo de encontro o juiz está mais preocupado em ser simpático, em bem atender, acaba falando amenidades - e não sobre problemas. Neste sentido os "seminários de gestão judiciária", realizados no último ano, representaram não uma simples evolução, mas um salto rumo à democratização interna - além de um "plus" em termos de eficiência administrativa já que tornou possível um diagnóstico mais preciso sobre as necessidades e problemas daqueles que estão na linha de frente da Justiça.

O que ainda está por vir?

É verdade que nesta última administração estamos vivenciando um daqueles momentos em que há um salto na história, quase uma revolução, de tantas modificações positivas. Agora, se for possível continuar este processo de democratização interna, todos ganham: população, magistratura. A AMB fez uma pesquisa em 2009 e mais de 95% dos juízes não sabiam qual o percentual de recursos do Estado eram destinados, anualmente, para a sua Vara. Esta falta de participação dos juízes na gestão dos recursos destinados ao Poder Judiciário é algo que tem que ser mudado. Uma iniciativa muito válida da administração foi colocar um magistrado dentro do Departamento de Informática, para supervisionar e coordenar os trabalhos. Nada melhor que um juiz para dizer quais são as necessidades e o que é mais adequado para determinada Vara.

E este tipo de experiência - que já se mostrou proveitosa - no futuro, pode ser expandida para outros setores. Veja, por exemplo, no MP, os diversos departamentos são comandados por promotores, que conhecem as Comarcas e sabem das necessidades dos promotores. É claro que o MP é uma instituição jovem e em desenvolvimento, e nós antigos e paquidérmicos, mas ainda assim estas boas práticas podem ser aproveitadas. No campo político, a AMB tem duas propostas de emenda à Constituição, uma tramitando na Câmara e a outra no Senado, que trata da eleição direta, com todos os desembargadores podendo ser votados e com todos os magistrados votando. Este será um grande avanço para todo o Judiciário. Todos os argumentos contrários, como, p. ex., da politização dos magistrados, não se sustentam. É claro que o tema é polêmico, mas não dá para entender porque um juiz tem competência para condenar ou absolver, retirar bens de uma pessoa e entregar a outra, decidir o futuro de uma família e o melhor para uma criança, eleger o Presidente do Brasil, mas não eleger o Presidente de seu Tribunal.

Em torno dos avanços no âmbito do 1º Grau de Jurisdição, o que o senhor destaca?

A atual administração do Tribunal, desde o primeiro momento, deixou claro que o foco seria o investimento no 1º grau de jurisdição - que realmente é quem mais precisa de atenção e recursos. Parece que tudo deu certo: em razão do trabalho de administrações anteriores havia recursos acumulados, o apoio e adesão da maior parte dos membros do Tribunal e dos juizes, e a eleição de uma cúpula diretiva com muitas ideias e vontade de trabalhar. Tudo convergiu no sentido da modernização e investimento da maior parte dos recursos no 1º grau. A criação de pelo menos um cargo de assessor para cada juiz de Direito do Paraná talvez tenha sido a medida mais esperada. É inacreditável como chegamos a 2010, 120 anos de Justiça no Estado, e o juiz permanecia trabalhando sozinho, sem alguém para conferir os processos que chegavam ou saíam, para fazer minutas dos despachos e decisões mais simples. Era de dar vergonha quando nos encontrávamos com juizes de outros Estados ou de outras esferas do Poder Judiciário. Além disso, o tempo que poderia estar sendo empregado para decisões de processos mais complexos, criação de vínculos com a comunidade, era destinado a tarefas de menor complexidade e importância, facilmente delegáveis a assessoria. Hoje, a maioria dos juizes de Direito da final tem dois assessores e um estagiário. Os demais possuem um assessor, um estagiário de pós-graduação e um estagiário de graduação. Nos próximos meses, todos os juizes de Direito que estiverem na titularidade, na final, contarão com dois assessores (inclusive os juizes das VEP's e juizados). Há ainda, nas Varas onde existe disponibilidade, a critério do juiz, a possibilidade de se manter, em gabinete, algum servidor efetivo. Isto tudo, ao mesmo tempo em que reflete em um melhor trabalho prestado para a população, em entrega de serviço judiciário com mais rapidez, também muda a vida do juiz - e para melhor. Deve ser destacado, ainda, que até o final de julho terão sido criados mais de cento e cinquenta cargos de juiz no 1º grau de jurisdição. Isso equivale a 1/4 do 1º grau. São mais juizes para dividir a carga de trabalho atual e para proporcionar melhor serviço à população. Mais de cinquenta Varas novas já foram instaladas até agora, sob a batuta do Des. Guilherme Luiz Gomes, que com competência e trabalho conseguiu definir prioridades entre os locais que mais necessitavam selecionar servidores e organizar os recursos materiais. Houve, ainda, investimento maciço em infraestrutura: somente nesta gestão estão sendo licitadas - o que depende da prévia existência e reserva de recursos -, mais de quarenta obras, sendo vinte e cinco delas referente a construção de novos fóruns, e as demais de reforma e ampliação. A nossa área construída, ao final da administração Kfourir, terá sofrido um aumento significativo, estima-se que em torno de 30% do total. A contratação de novos 1700 servidores lotados nas mais diversas Comarcas, 80 técnicos na área da informática, 80 técnicos da infância (psicólogos, assistentes sociais), a destinação de recursos para aquisição de computadores, tudo isso alcança o 1º grau e melhora as condições de trabalho dos juizes.

Neste ano mais de 50 juizes substitutos ingressaram no rol da magistratura paranaense. O senhor teve contato com eles? Qual a impressão?

O colega Luciano Albuquerque, que é coordenador de cursos da EMAP, organizou um curso excelente - dentro do que se é possível fazer em duas semanas - de amplo alcance, e abordando principalmente aspectos práticos da atividade judicante. A qualidade técnica dos aprovados é indiscutível. Mas o que mais me impressionou foi a sensibilidade e vontade de trabalhar. Esta vivência, ainda que curta, serve para renovar o entusiasmo.

E a Amapar, como o senhor tem avaliado a participação da entidade nas mudanças institucionais e a representatividade frente ao Poder Judiciário estadual?

Uma das linhas de trabalho, na associação, é o que o Gil Gerra costuma chamar de associativismo de resultado. Nesta toada, e agora sob a presidência do Fernando, é que a associação participou da construção e conquista de benefícios importantes, como o auxílio alimentação, saúde, o pagamento retroativo do auxílio alimentação, a PAE3, a indenização das férias, que alcançou toda a magistratura. O relacionamento com a Presidência do Tribunal, Assembleia Legislativa, autoridades governamentais e com entidades representativas da sociedade civil organizada, tem sido de cordialidade, franqueza e respeito. Nunca os juizes, através da associação, participaram tanto da administração da Justiça - inclusive com a indicação de membros em várias comissões. Cumpre destacar, ainda, o espaço ocupado pelos magistrados do Paraná em âmbito nacional. Se na última gestão da AMB nós estávamos em três ou quatro, agora somos em praticamente 20, espalhados pelos vários departamentos da AMB. Isto faz com que a Amapar esteja engajada nos temas mais importantes, e de alcance geral, que interessam à magistratura e ao Poder Judiciário, tais como: o ATS, a reposição da inflação, a eleição direta e com participação de todos os juizes (como votantes) para a cúpula diretiva dos tribunais, a nova Lei Orgânica da Magistratura. Além deste trabalho de construção, da aquisição de novos benefícios, há uma luta constante contra as propostas que visam a diminuir a magistratura, retirar poderes dos juizes, prejudicar de alguma forma o trabalho do Poder Judiciário. Há, inegavelmente, muitas pessoas e setores da sociedade que, infelizmente, acabam apoiando demandas que são contra nossos interesses e, tirando as entidades de classe, não sobra muita gente disposta a nos defender.

E para o TJ, após a gestão Kfourir, o que o senhor espera?

São mais seis meses de muito trabalho. Mas, indiscutivelmente, não obstante a vontade de fazer o melhor, a garra, a dedicação, a responsabilidade do Presidente Kfourir em somente realizar as despesas possíveis e necessárias, sem qualquer comprometimento de novas administrações, ainda ficará muito a ser feito. Toda a legislação, como a lei de responsabilidade fiscal, foi pensada para mandatos de quatro anos e o mandato, no TJ, é muito curto. Vai um tempo para se inteirar sobre todos os assuntos, há um período de realizações e, rapidinho, já chega o momento em que há um engessamento decorrente da própria legislação. O Tribunal de Justiça é formado por muitas pessoas com condições de administrar a Justiça e que querem o melhor para o povo paranaense. O que se espera é que a Justiça do Paraná continue sendo destaque no cenário nacional e modelo de gestão, orgulho para todos nós.



Campeões no tênis

A Amapar ficou com o caneco de campeã geral do campeonato sul-brasileiro de tênis da AMB, disputado na cidade de Florianópolis, de 31 de maio a 2 de junho, em evento organizado pela Associação dos Magistrados Catarinenses. O Paraná levou para as quadras sete tenistas que conquistaram 12 vitórias. Os anfitriões venceram sete jogos e os gaúchos apenas cinco.

Pensionistas em Porto Alegre

O Departamento de Pensionistas da Amapar fez-se representado na festa de 80 anos de D. Eneida Barbosa, realizada no dia 19 de maio no Plaza San Raphael, em Porto Alegre. D. Eneida, que foi diretora do departamento de pensionistas da AMB por mais de 10 frutíferos e prósperos anos, recebeu pensionistas da magistratura de diversos estados, autoridades do Poder Judiciário, familiares e amigos.

Marília de Oliveira Viel, Rita Patrícia Vieira Martins Lessa, Maria Marta Saliba de Oliveira, Tereza Lúcia Nepomuceno e Doroti Santos Muniz levaram a D. Eneida o carinhoso abraço, votos de muita saúde e felicidades de todas as associadas da Amapar.

Texto fornecido pelo Departamento de Pensionistas da Amapar



Amapar homenageia Celso Saito

O juiz Gil Guerra representou a Amapar durante homenagem ao desembargador Celso Seikiti Saito que se aposentou ao completar 70 anos. Durante a derradeira sessão de Saito na 14ª Câmara Cível, no dia 18 de julho, magistrados deram uma rápida pausa aos processos para externarem palavras de carinho ao homenageado. Gil ressaltou, durante discurso, a trajetória exemplar de Saito, que até os 21 anos de idade residiu na zona rural.





Magistrados aposentados

A Amapar reuniu no dia 14 de junho mais de 50 juízes e desembargadores aposentados durante encontro na Casa do Magistrado. Entre os assuntos tratados durante a reunião foram destacados o maior envolvimento e aproximação do grupo de aposentados, previdências social e privada, mútua judiciária, PAE e outros temas relacionados à Amapar e Judicemed. O encontro foi conduzido pelo presidente Fernando Ganem e teve a participação de ex-presidentes da Amapar, como o desembargador Sidney Mora e Luís Renato Pedroso, além do ex-presidente do TJ, Celso Rotoli de Macedo e o ex-diretor do Paraná Previdência, desembargador Munir Karam. Para o ex-corregedor-geral de Justiça, Antônio Lopes de Noronha, o evento teve caráter de interesses mútuos. “O dia em que pararmos de nos interessar por assuntos comuns, como a paridade e demais questões legislativas, perderemos o sentido de sermos magistrados”, destacou.

Segundo o presidente da Amapar, Fernando Ganem, outros encontros com magistrados aposentados serão agendados em breve. “Devemos manter um canal para que magistrados aposentados possam interagir. Tivemos hoje um dia muito rico, com discussões acerca de temas de extrema relevância. Foram mais de 50 associados que prestigiaram o encontro histórico para a Amapar”, disse. O vice-presidente da Judicemed, Luciano Carrasco Falavinha, também prestigiou o encontro e comunicou aos magistrados sobre o serviço de check-up gratuito que o plano de saúde oferece aos titulares. “Estabelecemos um serviço especial aos magistrados titulares da Judicemed que consiste no check-up gratuito realizado pelo hospital Santa Cruz. Em breve estudaremos a possibilidade de estender o serviço aos demais usuários do plano”, explicou.

Calendário da Emap

SEMINÁRIOS DE ARBITRAGEM

Turma I - Foz do Iguaçu | 06 de agosto de 2012
Faculdade UNIFOZ | Fone: (45) 3574-2611
Rua Tiradentes, 469 - Centro

Turma II - Umuarama | 07 de agosto de 2012
Núcleo de Umuarama

Turma III - Curitiba | 16 e 17 de agosto de 2012
10º andar do TJPR

IX CONGRESSO REGIONAL DA ESCOLA DA MAGISTRATURA E IX SEMANA JURÍDICA DA UNIVEL | 15, 16 e 17 de agosto

Local: Auditório da UNIVEL

Mais informações: 45-3326-4577
(EMAP – Cascavel)

Palestra: A VIOLÊNCIA, OS CONCEITOS RELACIONADOS, SUAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS | 16 de agosto

Horário: 8h30 – 12h30

Local: Auditório da EMAP – Núcleo de Curitiba

Curso: ORÇAMENTO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE E PLANEJAMENTO | 23 de agosto

Horário: 8h30 – 18h

Local: Auditório da EMAP – Núcleo de Curitiba

Curso: TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E SEUS REFLEXOS NA SENTENÇA | 31 de agosto a 14 de dezembro

Horário: 8h30 – 11h30 (aulas nas sextas-feiras)

Local: Auditório da EMAP – Núcleo de Curitiba

Mais informações: www.emap.com.br

1 **“À capela”** (do latim, através do italiano) significa “sem acompanhamento instrumental”. Em francês, diz-se “à chapelle”. A respeito dessa expressão, mudei meu entendimento. Apesar do silêncio do VOLP, alguns dicionários registram a forma aportuguesada (à capela), que, aliás, é avalizada pela Academia das Ciências e Letras de Lisboa, sendo também mais condizente com a índole de nosso idioma.

2 Ouvimos em rádio: **“É uma questão de dias”** (com pronúncia do “u”). Não é uma questão pacífica. Usualmente, não se pronuncia o fonema “u”, nesse caso. Não existe trema, aí. Ou melhor, o trema foi abolido de nossa ortografia. A propósito, diz-se “questionamento”, e não “qüestionamento”. Também não se pronuncia, normalmente, o “u” em “questionar”, “questionário”, “questiúncula” etc. O VOLP, porém, registra ambas as pronúncias nesses vocábulos.

- 3 a) Quem é ele?
b) Quem são eles?
Observe que o pronome “quem” pode referir-se a mais de uma pessoa.

4 **Outrem** é pronome indefinido e significa: outra pessoa ou outras pessoas. Antigamente, era acentuado (outrém), talvez por analogia com as palavras alguém e ninguém. Hoje, passou a ser paroxítone. Pronuncia-se /ôutrem/. Note-se que, embora possa ter significação de plural, a concordância será feita sempre no singular. Na linguagem coloquial, praticamente caiu em desuso.

5 **“Matou à pau.”** Errado! Palavra masculina (pau) jamais admite crase. O certo é: “Matou a pau”; “matou a cacetadas”; “matou a tiro”.

- 6 a) Dezanove.
b) Dezasseis.
c) Dezassete.

Gente do interior e gente antiga usam tais expressões, que são usadas também em Portugal. Deve-se a divergência a duas possíveis origens: do latim “decem et septem”, “decem et sex”, “decem et novem” e “decem ac septem”, “decem ac sex”, “decem ac novem”.

7 **“O país deve um bilhão de dólares.”** Nada errado. Diz-se “bilhão” ou “bilião”.

8 **“Curitiba à 30km”.** O que há de errado é o acento grave no “a”. Mesmo porque “quilômetro” é palavra masculina, que repele a crase. Diferente de: “Curitiba à distância de 30km”. Aqui, tudo bem.

9 Apesar da orientação vacilante dos dicionários, entendemos que **“pente-fino”** e **“maus-tratos”** devem escrever-se com hífen. Mas, por que será que o VOLP não registra também o vocábulo **“malha-fina”** (com hífen)? Ora, os três termos grifados, aí, representam, cada qual, um único sintagma, uma expressão específica. Logo, se eles se encontram na mesma situação, só pode ter sido por esquecimento a omissão de “malha-fina”

COMUNICADO À AMAPAR

TREND BROKERS

Queremos propor a você, colaborador da Amapar, uma experiência diferente.

A escolha do seu imóvel é encarada com carinho e seriedade, através de um processo de entrevista qualificado, visando buscar o que você realmente procura. Para nós, a descrição do imóvel dos seus sonhos é a coisa mais importante a entender, pois, apenas desta forma conseguiremos buscar a oportunidade mais assertiva, viável e que realmente atenderá todas as suas necessidades.

O que ganhamos com isto?

1. Ter a certeza de que realizamos, de verdade, o seu sonho.
2. A certeza de que uma relação assertiva nos negócios é aquela onde todos os envolvidos ganham.

Com esse objetivo, a Trend Brokers oferece alguns benefícios exclusivos a todos associados, dependentes e funcionários da AMAPAR, como:

- Consultoria gratuita em investimentos imobiliários.
- Condições especiais de pagamento para investidores.
- Informativos periódicos sobre novos produtos, bem como convite para seus pré-lançamentos.

Portanto, quando você for comprar um imóvel, não tome nenhuma decisão sem falar conosco. Nosso papel não é apenas vender, mas sim entender o que você quer. Entendemos que agindo dessa forma a venda será um processo natural, assim como a sua felicidade.

Permita-nos ajudá-los a encontrar o imóvel dos seus sonhos, sem cobrar nada mais por isto.

Aguardamos seu contato.

Muito obrigado.

Márcio Souza
Comercial e Marketing

41.3083.9300

Trend
brokers

Doc: 14653

www.trendbrokers.com.br
contato@trendbrokers.com.br

Por José Ricardo Alvarez Vianna

NEVER LET ME GO

O filme “Não Me Abandone Jamais” (“Never Let Me Go” – 2011), é baseado no romance de mesmo nome de Kazuo Ishiguro. Mostra uma escola fictícia para crianças, em regime de internato, chamada Hailsham, no interior da Inglaterra. Nessa escola, as crianças são submetidas a uma educação formal, com disciplina rígida não passível de questionamentos. Aos poucos as crianças tomam ciência de que são clones e, por isso, são tratadas como órfãos, não dispendo sequer de sobrenomes. Tomam ciência, ainda, de que, ao completarem cerca de 20 (vinte) anos de idade, passarão a “doar” seus órgãos para outras pessoas para a cura de doenças destas últimas. Porém, em razão disso, os “doadores” acabarão morrendo, no máximo, por ocasião da terceira intervenção, haja vista a vitalidade dos órgãos “doados”.

No filme, as crianças não são consideradas sequer seres humanos, mas criaturas, como são chamadas por seus superiores. Existe, inclusive, uma galeria de arte onde as crianças deveriam desenvolver suas habilidades artísticas, mas que, na realidade, tem por objetivo provar que elas não são capazes de expressar seus sentimentos, tal como os humanos reais. Significa dizer: não são capazes de produzir arte. Aqui, aliás, emerge o primeiro ponto interessante do filme. De acordo com este, o ser humano não seria apenas um animal racional, mas sim aquele que consegue decodificar, mediante suas percepções, a realidade sensível do mundo e expressar suas angústias, medos, sonhos e desejos, o que não deixa de provocar reflexões.

Mas o ponto mais importante do filme parece a adoção extremada da corrente filosófica política conhecida como utilitarismo. Como se sabe, o utilitarismo foi idealizado pelo inglês Jeremy Bentham (1748-1832), para quem o ser humano é governado por dois sentimentos opostos: o prazer e a dor. Assim, a felicidade consistiria na ampliação do prazer e na minimização da dor. Numa visão simplista, portanto, útil é o que bom; e bom é o que nos torna felizes; felicidade é mais prazer e menos dor.

É nesta linha de raciocínio que, não por acaso, a Declaração de Independência dos Estados Unidos, de inspiração nitidamente utilitarista, já com as contribuições de Stuart Mill (1806-1873), previu, em seu art. 1º, a “busca da felicidade” como um direito fundamental.

Transposta essa ideia para a sociedade, felicidade é aquilo que melhor atende ao interesse coletivo, e não individual. Daí emerge o pensamento que sustenta, em termos jurídicos, a supremacia do interesse público sobre o individual.

Esta perspectiva, porém, colide frontalmente com a filosofia kantiana. Para Immanuel Kant (1724-1804) o “ser humano é um fim em

si mesmo”. Não pode, jamais, ser utilizado como coisa, objeto ou instrumento para se atingir outro fim, por mais nobre que seja este. O ser humano, pelo simples fato de “ser humano”, merece ser reconhecido como tal, eis que titular de uma dignidade específica: a dignidade humana. A dignidade de “ser humano”, dotado de razão e de emoção.

O pensamento de Kant influenciou significativamente, primeiro, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e, mais tarde, após as atrocidades da II Guerra Mundial, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que, por sua vez, repercutiu as Constituições dos Estados contemporâneos, de tradição democrática, sempre com destaque para os Direitos Fundamentais, à Dignidade Humana e a Igualdade Material.

Mas não é só Kant quem se opõe ao utilitarismo. Outro filósofo de renome internacional, inclusive de origem estadunidense, que segue a mesma trilha é o jurista John Rawls (1921-2002). Em sua mais expressiva obra, “Uma Teoria da Justiça”, Rawls formula a ideia do “véu da ignorância” e diz que, antes de adotarmos qualquer postura em prol ou contra determinado tema jurídico, devemos pôr sobre nossos olhos um “véu” que nos impeça de saber exatamente em qual das posições estaríamos no caso. Se independente da posição que venhamos a ocupar, ainda assim mantivermos nossa tese, então ela será legítima. Um exemplo ilustra melhor o que se pretende dizer. Suponha que em um quarto de hospital há cinco pessoas doentes, cada qual carecendo de determinado órgão vital para sobreviver. Já em outro quarto, há outra pessoa saudável e em condições de doar seus órgãos aos demais, o que, na perspectiva utilitarista, seria justificável, pois cinco vidas seriam salvas e uma perdida. Para Rawls, porém, antes de se aderir à perspectiva utilitarista, seu defensor, com o “véu da ignorância”, deve avaliar se caso ele ocupasse a posição de doador (leia-se: sacrificado), ainda assim defenderia seu ponto de visto.

O que se observa, em suma, que o filme traz à tona debates, por exemplo, de cunho vinculado à bioética, repleto dos chamados “hard cases”, além de vir repleto de aporias filosóficas e filosóficas do Direito. Demonstra, ainda, que conforme a corrente ideológica seguida, a solução de determinados casos pode receber desfechos diametralmente opostos, ambos juridicamente “corretos”. Daí a importância de se ter presente quais os fundamentos ideológicos que norteiam o ordenamento jurídico de cada Estado, sobretudo a partir de suas diretrizes constitucionais, antes de se tomar decisões.

O filme aborda, também, temas não menos importantes, ao questionar, a todo momento, o que é afinal a vida e qual seria, em essência, a diferença, se é que existe, entre os doadores e receptores...

Por Giovana Casagrande

Arte Italiana

A cidade de Camerino na Itália, a qual acolheu o curso de direito da magistratura paranaense, é um belo exemplo de cidade europeia que encanta a todos por compor um cenário de acervo artístico e histórico milenar da profusão entre vida e cultura.

É um rico centro histórico medieval, como a igreja de Santa Maria Maggiore, Catedral gótica romana que foi parcialmente destruída em um terremoto e depois reconstruída no estilo neoclássico. Castelos, museu histórico, conventos, universidade, teatro, ruínas arqueológicas, pinturas e afrescos espalhadas em edifícios muito antigos, podem ser descritas como um museu a céu aberto, do qual se pode desfrutar do antigo revelando a construção cultural dos povos que por lá passaram e deixaram seu testemunho.

A riqueza artística de Camerino e da maior parte das cidades viveram seu grande desenvolvimento e intensa produção artística com o "Renascimento". O fenômeno surgiu em Florença logo após os 1400, com o pensamento voltado para a renovação, como base nas ações humanas, de uma nova concepção da autoconsciência e autoconfiança, deixando para trás um período escuro e de trevas chamado de medieval.

O Renascimento aponta uma nova direção, de novas possibilidades em harmonizar a filosofia clássica com o cristianismo, e no aprimoramento das artes plásticas, música, literatura, filosofia, política, economia e ciência.

Florença foi o grande pólo das artes na Itália no momento, sob o comando da família de banqueiros, os Medici. Transformaram a cidade em uma das mais tradicionais republicas italiana, favorecendo o esplendor do Renascimento ao financiar o aprimoramento e o desenvolvimento das artes em Florença. Formaram grandes artistas, entre eles, Michelangelo, Leonardo da Vinci, Donatello, Piero della Francesca e Botticelli.

Famílias de mercadores e banqueiros, reis, igrejas e conventos, contratavam os melhores artistas para fazerem em suas cidades edifícios, palácios, igrejas, pinturas ou até mesmo para produzirem obras de arte em suas casas. Estes pintores se deslocavam para cidade pequenas e lá desenvolviam trabalhos artísticos.

A história da pintura de Camerino parte do quattrocento, provem do norte da Itália, com estilo refinado, tanto na qualidade pictórica quanto na preocupação com os adornos em douradura, na valorização do ouro, da qual tanto se encontra nas obras. O rico acervo deixado no período do Renascimento marcam a cidade como um ponto de referência de estudo para pesquisa da arte italiana do séc. XV. Outro ponto de importância histórica se encontra na arqueologia, pela preservação de assentamentos antigos inalterados com o tempo, e pela grande quantidade de artefatos e ruínas antigas presentes na região.

O convento de San Domenico abriga hoje o Museu - Pinacoteca e Museu Cívico de Camerino – acolhe o acervo histórico e artístico da região, caracterizado principalmente pelas obras de pintores do séc. XV.

"Annunciazione di Cristo in pietá", que se encontra na pinacoteca de Camerino, evidencia o Renascimento. A pintura é proveniente do convento franciscano "Santissima Annunziata di Spermento" representa a anunciação, o anjo anunciando a Maria que dará à luz ao filho de Deus.

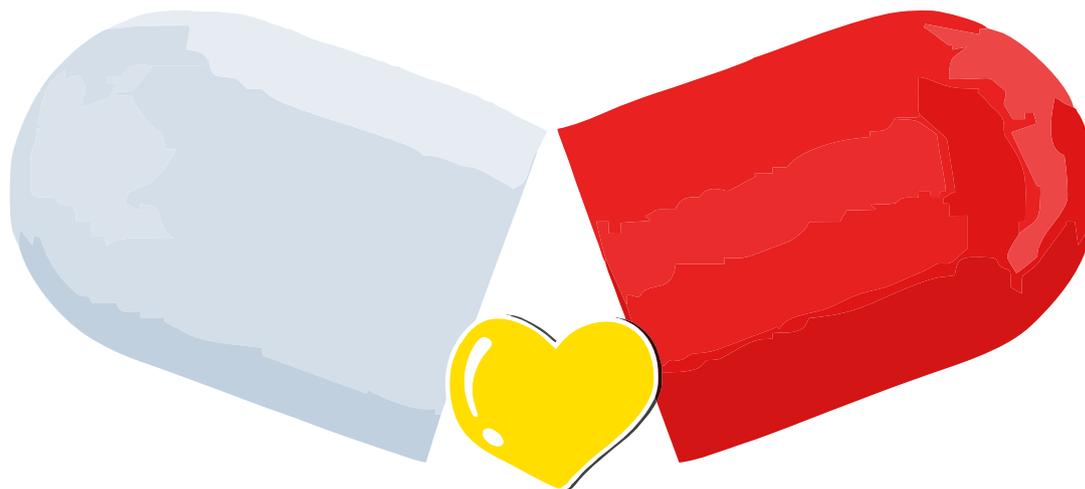
A história narra acontecimento da fé cristã em um cenário retirado da vida do sec. XV. A cena é construída com o uso da perspectiva e cada objeto disposto na pintura, por mais trivial que possa parecer, transmite a mensagem simbólica. Os lírios denotam a castidade da virgem, embaixo são ilustres cidadãos



Annunciazione di Cristo in pietá

de Camerino, em perspectiva, ajoelhado, o anjo Gabriel e, ao fundo, a cena urbana. Em frente Maria, surpresa e ajoelhada, com livro nas mãos e dentro de um espaço familiar e cotidiano. A cena de Cristo no sepulcro é cercado por anjos, Maria, João Evangelista, santos franciscanos e o auto retrato de pintor, representado logo abaixo de Jesus à esquerda vestindo gorro de veludo negro.

A concepção do museu na cidade guarda o tesouro de seus antepassados, artefatos arqueológicos, pinturas de painel, lápides e afrescos, como um lugar para valorizar a memória, atendendo e ensinando jovens a compreender seu passado alargando a comunicação entre história e presente.



Sem grande tradição em termos de benemerência, ressalvada as caridosas e históricas iniciativas das santas casas, dos albergues espí-

ritas e dos discretos serviços sociais de iniciativa dos poderes públicos, o Brasil vem surpreendendo em termos de auxílio a outros países, com um crescimento em proporções que superam, em muito, países conhecidos por suas generosidades.

O montante de ajuda internacional concedido pelo país triplicou desde 2008, exemplo mais conhecido é o apoio que estamos oferecendo ao Haiti, mas, somando-se todas as frentes, o montante de ajuda internacional que o Brasil fornece a outros países chega a cerca de R\$ 7 bilhões por ano - menos do que a China, mas similar ao que tradicionais generosos doadores como o Canadá e a Suécia concedem a outras nações. E ao contrário dos ocidentais, o montante brasileiro triplicou desde 2008.

De igual modo, não temos em nosso país um histórico de generosidade, por parte da sociedade civil, como acontece em outros países, de que são exemplos o Prêmio Nobel na Suécia, as iniciativas da Fundação Gulbekian em Portugal e a generosidade de George Eastman e Andrew Carnegie nos Estados Unidos, para citar apenas uma pequena amostra.

Talvez até em razão de não termos, no passado, logrado atingir razoável índice de desenvolvimento humano e econômico, as ações de benemerência, em geral, circunscreviam-se a caridades voltadas para os despossuídos, dependentes e desassistidos; entretanto, esta realidade vem se modificando, não só na esfera pública, mas, igualmente, na sociedade civil. E não só em relação às pessoas físicas, já que cada vez mais pessoas jurídicas e grupos econômicos investem em ações de conteúdo humanitário e social.

Vale a pena ressaltar as ações como a de Bill Gates que começou a se dedicar à sua fundação e às causas humanitárias, logo após ter se retirado da Microsoft em julho de 2008. Ele e sua esposa participaram do Fórum Econômico Mundial na condição de filantropos. Desde a criação da Bill e Melina Gates Foundation, o casal (e seus colaboradores) já doaram mais de US\$ 25 bilhões de dólares para diferentes projetos de saúde, especialmente para luta

BOM Remédio

“A sensação mais agradável do mundo é fazer uma boa ação anonimamente e ela ser descoberta” (Oscar Wilde)

contra a AIDS, a poliomielite e outras doenças que assolam os países do terceiro mundo.

Sensível a esta realidade, o Brasil tem multi-

plicado suas ações nesse sentido, o que tem despertado positivamente a atenção mundial e motivado cada vez mais a nossa sociedade.

Segundo a lista Forbes, o Brasil já tem mais de 30 bilionários; grandes doações são importantes e fundamentais, entretanto, o conjunto de pequenas e médias ações contribui indispensavelmente para o sucesso de qualquer iniciativa de voluntariado.

A Amapar e a Judicemed vêm apoiando iniciativas dessa ordem, incentivando que seus associados e funcionários participem ativamente de projetos dessa natureza. Tem sido assim com o Sersocial e também com o Bom Remédio, entre tantas outras promoções louváveis que temos patrocinado.

O Programa Bom Remédio teve início na Gestão do Des. Kfourri Neto, conheceu grande incentivo na Gestão do Doutor Gil Guerra e recebe, uma vez mais, o incondicional apoio do Doutor Fernando Ganem.

A sensibilidade de nossos Presidentes possibilitou que pudéssemos auxiliar um razoável número de pessoas carentes e até mesmo sonhar com a sistematização deste auxílio, tornando-o permanente.

Ao tempo em que manifestamos a nossa firme vontade de continuar auxiliando os necessitados de medicamentos, incentivamos a todos os associados, funcionários e colaboradores que continuem seu voluntariado, coletando e trazendo-nos os medicamentos que já não lhes sejam úteis e colaborando na sua recepção, relação e distribuição.

Não seria justo encerrar este singelo texto sem agradecer Anita Zippin, que deu nome ao nosso programa (Bom Remédio) e Maria Cristina Dalledone que, simplificando a logística inicial, operacionalizou a coleta e distribuição dos medicamentos. Em seus nomes agradecemos a todos que anônima e indistintamente tem colaborado com esta ação voluntária.

A leitura

“Um livro é um mudo que fala, um surdo que responde, um cego que guia, um morto que vive” (Padre Antônio Vieira).

Conta a lenda que no Reino do Mundo (quase) Perfeito o rei que recém havia assumido o poder constatou que seu povo não era culto. Imediatamente, mandou chamar o Mestre dos Sábios e lhe perguntou qual seria a causa dessa ignorância.

O Mestre respondeu sem pensar.

- O nosso povo não tem o hábito da leitura. São raríssimos aqueles que leem um livro por ano. A maioria desfruta do tempo livre vendo ridículas novelas, assistindo a programas matinais sobre artes culinárias ou acompanhando reality shows do tipo GAR – Grandes Amigos do Reino.

O rei, então, quis saber por que esse tipo de programação era mantido no ar se não trazia nenhum benefício direto à nação.

O Mestre dos Sábios, que tudo sabia, explicou.

- Ora Alteza, isso me parece muito óbvio. Esse entretenimento retira do povo a possibilidade de se instruir culturalmente e um povo ignorante não sabe reclamar, exigir os seus direitos ou votar. Enfim, esse sistema funciona como um anestésico e ajuda a se manter no poder quem tem interesse em ficar no poder.

O rei, que verdadeiramente estava interessado no bem estar de seu povo e que o governava com sabedoria e equidade, baixou um Decreto Real proibindo as televisões de exibir novelas e obrigando o povo a ler pelos menos por duas horas diárias e a encaminhar o RL – Relatório de Leitura – ao Ministério da Cultura.

Como era de se imaginar ocorreram muitos protestos contra o decreto, mas, aos poucos, o povo foi se acostumando e o reino, então incluído dentre os em desenvolvimento, começou a ingressar no seletivo quadro dos reinos desenvolvidos.

Um dia, no entanto, o rei adoeceu e faleceu. Nem bem baixou ao túmulo, o 1º Ministro, cedendo a interesses ocultos, imediatamente revogou o Decreto Real proibitivo e liberou a volta ao ar das novelas e programas do gênero.

Mas os interessados não tiveram muito do que comemorar. O povo que a essa altura já estava habituado a ler - e, portanto, educado e politizado -, simplesmente ignorou a nova programação, obrigando as emissoras a adequar sua grade com temas culturais e educativos. Mais, iniciou um movimento - “novela nunca mais!” - que culminou com a derrubada do 1º Ministro e a eleição de um novo rei comprometido com os reais interesses do reinado. Esse novo rei governou por longo tempo e foi muito estimado por seu povo.

*** Segundo a 3ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pro Livro e executada pelo IBOPE-Inteligência em âmbito nacional no período de 11 de Junho a 3 de Julho de 2011, 85% da população brasileira no seu tempo livre prefere assistir televisão a realizar outras atividades, enquanto somente 28% prefere ler. A pesquisa revelou que nos últimos 4 anos o número de leitores diminuiu no Brasil em cerca de 9,1% (em 2007 era de 36%) e o número daqueles que veem televisão aumentou (em 2007 era de 77%). A pesquisa considerou leitor todo aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos 1 livro nos últimos 3 meses. Todos os dados dessa pesquisa podem ser obtidos através do site do Instituto Pro Livro: <http://www.prolivro.org.br>**

**** 23 de Abril é o Dia Mundial do Livro e do Direito do Autor, data comemorativa instituída pela UNESCO em 1996, escolhida por ter sido o dia da morte dos escritores Miguel de Cervantes e William Shakespeare, no ano de 1616.**



4ª Feijoada Fraterna

25 de agosto

em Piraquara

A partir das 12h

A Associação dos Magistrados do Paraná promove em 2012 a tradicional Feijoada Fraterna, este ano em sua 4ª edição, com o objetivo de arrecadar fundos para o Projeto Sersocial. As reservas são limitadas e devem ser feitas pelo site www.amapar.com.br.



Valores

R\$30 por pessoa - incluso bebidas (água e refrigerante)

Crianças de até 06 anos não pagam

Crianças de até 12 anos pagam R\$15

APOIO

